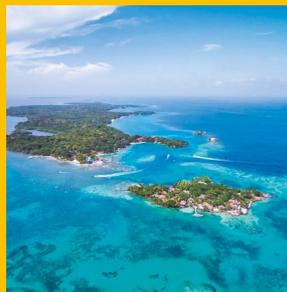
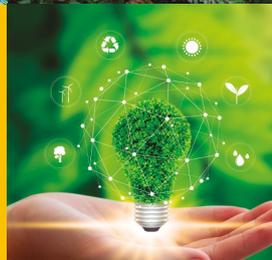




Frente Parlamentar  
**Ambientalista**

# AÇÕES DA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA 2023



# Sumário

Novos tempos para o Meio Ambiente no Brasil .....	03	Racismo Ambiental e Climático .....	27
O Congresso e a Síndrome de Kitty Genovese .....	04	Lançamento dos Grupos de Trabalho de Racismo Ambiental e Clima .....	28
Lançamento da Frente Parlamentar Mista Ambientalista .....	05	Impactos Socioambientais dos parques de energia Eólica .....	29
Conferência da Água da ONU .....	06	Debate sobre Mercado de Carbono .....	29
Lançamento GT Mar .....	06	Cerrado e Caatinga Patrimônios do Brasil .....	30
Lançamento do Documentário "Exilados" .....	07	Lançamento do Grupo de Trabalho para proteção do Cerrado ...	30
Grupo de Trabalho de Empresas da Frente Parlamentar Ambientalista define temas prioritários para 2023 .....	08	Financiamento de políticas ambientais .....	31
GT Empresas define agenda Pró-Sustentabilidade .....	08	Seminário Preparatório para a Cop 28 .....	32
Mobilização contra a MP 1150 - Ameaça a Mata Atlântica e Código Florestal .....	09	Mudanças climáticas e consequências sociais .....	32
SOS Mata Atlântica e Frente Ambientalista se posicionam sobre MP 1150 .....	09	GT Água promove seminário para buscar novas políticas de outorgas de Águas .....	35
Lançamento do GT de Energias Renováveis .....	10	Congresso Nacional exhibe frases de apoio à proteção da Mata Atlântica .....	33
Mulheres na Conservação: Dia Internacional da Biodiversidade ...	10	Audiência pública para instituir o Dia Nacional de Combate ao Racismo Ambiental .....	34
Audiência Pública sobre a restauração dos Ecossistemas na Mata Atlântica .....	11	Desafios e propostas do Brasil para a COP 28 .....	34
Mobilizações contra o PL 490 - Marco Temporal .....	12	Pantanal .....	35
Coletiva de imprensa sobre o relatório da MP 1154, contra o desmonte do meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais .....	12	Café da manhã de Lançamento da Exposição Pantanal: Herança e Legado .....	36
Ato Solene em Defesa da Mata Atlântica e Lançamento do site da Frente Ambientalista .....	13	Lançamento da "bancada do planeta" na COP 28 .....	37
Virada Parlamentar Sustentável .....	14	Frente ambientalista participa de debate do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC) ...	37
Seminário Gestão das Águas .....	14	Giro de Notícias COP28 .....	39
Virada Parlamentar Sustentável .....	15	Em 2023, o Observatório do Código Florestal (OCF) completou uma década de atuação em prol da Lei de Proteção da Vegetação Nativa do Brasil .....	39
Ato Cívico Contra o Desmonte Socioambiental - MP 1150 .....	16	Em permanente defesa da Mata Atlântica .....	40
Seminário "Os Rios pedem proteção" .....	16	Vitória da Mata Atlântica .....	41
Educação Climática .....	17	A agenda do Congresso e a urgência para um futuro climático seguro .....	42
Sessão Solene Dia Mundial do Meio Ambiente .....	18	A importância de um GT de Juventudes no Congresso Nacional ...	43
Audiência Pública em defesa do Pantanal .....	19	16 Anos de Compromisso Ambiental: Um Legado e um Futuro Sustentável .....	44
Encontros Frente Parlamentar Ambientalista e Legisla Brasil ...	20	Programa de Voluntariado da Frente Parlamentar Ambientalista em parceria com a Legisla Brasil .....	45
Proposta para Reforma Tributária Sustentável .....	21	Grupo de Trabalho para proteção da Fauna .....	45
GT Mar .....	22	Podcasts .....	46
PL 6969/2013 - Política Nacional para a Conservação do Bioma Marinho Brasileiro .....	23	Pautas Prioritárias GTS .....	47
Debate para uma transição de Baixo Carbono .....	24	Frente Ambientalista na Mídia .....	50
Nova tecnologia para substituir testes em animais .....	24	Frente Ambientalista nas Redes Sociais .....	51
PEC 03/2022 provoca discussões sobre o futuro dos terrenos de marinha e seus impactos .....	25	Reuniões .....	51
Auxílio emergencial e medidas duradouras para enfrentar desastres naturais .....	25	Expediente .....	51
Bem-Estar Animal e desenvolvimento Sustentável .....	26		

# Novos tempos para o Meio Ambiente no Brasil

O Brasil começou o ano de 2023 renovando sua esperança em tempos melhores com a eleição do presidente Lula e um novo projeto político para o país. Neste novo período de nossa história, a proteção do Meio Ambiente sem dúvida foi alçada entre as grandes preocupações da população, diante do cenário dos quatro anos anteriores em que ficamos chocados com o projeto de destruição encampado pelo governo Bolsonaro.

A volta de Marina Silva ao comando do Ministério do Meio Ambiente reafirmou o compromisso com a retomada da preservação ambiental, a reconstrução dos órgãos vinculados à pasta, a reestruturação da capacidade de fiscalização e controle dos servidores, e os primeiros dados destes primeiros meses de governo Lula indicam uma tendência de reversão do desmatamento na Amazônia. A nova postura do Estado brasileiro está permitindo o resgate gradual da credibilidade internacional do país em cumprir os compromissos estabelecidos no que se refere ao desmatamento e ao combate às mudanças climáticas, e garantiu que o Brasil seja sede da COP-30, que ocorrerá em 2025 na cidade de Belém.

Se por um lado, no âmbito do Poder Executivo, as mudanças são evidentes, a conjuntura na Câmara dos Deputados segue parecida com a que sustentou o projeto de destruição entre 2019 e 2022, e isso requer alerta permanente e mobilização constante para impedir retrocessos.

Em descompasso com o projeto eleito nas urnas pela população, deputados e senadores flexibilizaram a Lei da Mata Atlântica, modificaram a estrutura governamental proposta por Lula retirando atribuições do Ministério do Meio Ambiente e aprovaram o marco temporal. Apesar dos vetos do presidente Lula a estas medidas, há um movimento da bancada ruralista para que eles sejam derrubados.

O cenário, portanto, é de contradições e lutas e, nesse contexto, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista do Congresso Nacional mantém seu compromisso de ser um espaço de articulação e interlocução no parlamento das diversas demandas da sociedade civil e de esforços

coordenados rumo a uma agenda ambiental responsável e consciente dos tempos em que vivemos.

Também é um momento de reorganização e fortalecimento institucional da Frente Ambientalista. Em parceria com a LegislaBrasil, a Frente está elaborando seu planejamento estratégico e reestruturando seu organograma, permitindo uma maior condição de enfrentamento aos desafios que temos para enfrentar.

Neste informativo, você terá a oportunidade de saber mais sobre as atividades que desempenhamos ao longo de 2023, abordando as diversas frentes de atuação do movimento socioambiental e temas relevantes no que se refere à proteção do Meio Ambiente, seja as pautas mais importantes da defesa do Meio Ambiente, ou os assuntos de competência de cada um de nossos grupos temáticos.

Boa leitura e um grande abraço,

**Deputado Federal Nilto Tatto (PT - SP)**

Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista Mista na Câmara dos Deputados



# O Congresso e a Síndrome de Kitty Genovese

Em 1964, Kitty Genovese foi assassinada do lado de fora de seu prédio de apartamentos em Queens, Nova York. O que tornou esse caso notório foi o relato de que 38 testemunhas teriam observado ou ouvido partes do ataque, mas nenhuma delas interveio ou chamou a polícia durante a agressão que ocorreu ao longo de aproximadamente meia hora.

Desse fato nasceu o que ficou conhecido como Síndrome de Kitty Genovese. Essa síndrome passou a ser usado para descrever a apatia ou relutância das pessoas em intervir em situações de emergência, onde o anonimato e a presença de muitas pessoas podem criar um efeito de difusão da responsabilidade.

Minha impressão é que o Congresso Nacional está acometido dessa síndrome. Ora, o planeta (e com o Brasil não é diferente) está enfrentando uma crise climática alarmante. Dados recentes revelam uma redução significativa nas chuvas na região de Matopiba. Isso é muito preocupante pois essa região é responsável por parte significativa da nossa produção agrícola. Na Amazônia, atravessa-

mos uma seca histórica no Rio Negro, apontando para um desequilíbrio ambiental de magnitude inimaginável.

Os efeitos dessas mudanças climáticas também impactam diretamente a vida das comunidades mais vulneráveis. A redução das chuvas prejudica a produção agrícola, afetando a subsistência de milhares de brasileiros. Além disso, o agronegócio, setor importante para a nossa economia, enfrenta desafios iminentes, pois a alteração dos regimes de chuvas pode comprometer a produção de alimentos.

A despeito de tudo isso, o Congresso Nacional tem tomado decisões que ignoram a urgência climática. A derrubada do veto ao marco temporal para as terras indígenas é um exemplo evidente, indicando uma cegueira do nosso Parlamento, ora, as terras indígenas são fundamentais na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, pois elas são responsáveis por cerca de 50% mais carbono por hectare, se comparado com as áreas não protegidas da Amazônia.

2024 promete ser outro ano difícil para o meio ambiente, a bancada ruralista já avisou que fará muita pressão para votar o “PL da grilagem” e o projeto de lei que altera a legislação do licenciamento ambiental, só para ficar em apenas duas proposições que afrontam os compromissos do Brasil nas últimas COPs. O mais irônico é que os ruralistas não percebem que estão, não sem todos os avisos, prejudicando seu próprio setor. O desmatamento desenfreado não apenas ameaça a biodiversidade e o equilíbrio climático, mas também compromete a sustentabilidade do agronegócio, uma vez que a redução do regime de chuvas impacta diretamente a produção agrícola.

Vivemos o paradoxo de um mundo assombrado pelas mudanças climáticas e de um Parlamento fazendo pouco caso disso, vivendo uma desconcertante Síndrome de Kitty Genovese. Não é suficiente só o esforço do Poder Executivo, é imperativo que o Congresso Nacional assuma um compromisso ético com as nossas e as futuras gerações. Eu acredito nisso e vou trabalhar para isso, pois como diz a bela poesia de Thiago de Mello, “faz escuro mas eu canto”.

**Senadora Eliziane Gama (PSD - MA)**  
Coordenadora da Frente Parlamentar  
Ambientalista Mista no Senado Federal



# Lançamento da Frente Parlamentar Mista Ambientalista



16º ano de atuação

Abertura dos Trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista - 2023

**Data:** 01/03/2023 - Quarta-feira  
**Horário:** 08h às 10h  
**Local:** Restaurante do 10º andar do Anexo 4 da Câmara dos Deputados



A Frente Parlamentar Ambientalista lançou oficialmente seus trabalhos, com a coordenação do deputado federal Nilto Tatto (PT-SP).

O evento contou com a presença de deputados membros da Frente, organizações da sociedade civil e líderes do governo, além da participação da senadora Eliziane Gama, coordenadora da Frente Parlamentar Ambientalista no Senado.

Com um olhar otimista para o futuro da agenda climática no Brasil, o coordenador destacou a importância desta nova legislatura para avançar na pauta ambiental. "Agora é o tempo de esperança e progresso para a agenda climática brasileira".

Com a assinatura de 176 deputados e 11 senadores, a Frente Ambientalista avança no Congresso Nacional por uma agenda ambiental mais justa. Confira quem faz parte: <https://www.frenteambientalista.com/membros>



# Conferência da Água da ONU

Em março de 2023, em Nova Iorque, a ONU (Organização das Nações Unidas) realizou a Conferência da Água, cuja primeira e única edição havia ocorrido no longínquo 1977.

A Conferência teve por objetivo oficial a revisão de meio-termo da execução dos objetivos da "Década Internacional para o Desenvolvimento Sustentável da Água", avaliando-se desafios e oportunidades, assim

como o apoio a ações que possibilitem assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos até 2030.

A deputada Duda Salabert (PDT-MG) coordenadora do GT Água, Gênero e Segurança Climática junto a Diretora de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica Malu Ribeiro marcaram presença.



## Lançamento GT Mar

O GT-Mar (Grupo de Trabalho Para Uso e Conservação Marinha, da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional), deu início às suas atividades na nova legislatura.

O GT-Mar é o espaço da sociedade para discutir, junto ao Poder Legislativo Federal, temas relacionados ao litoral brasileiro, portanto, uma via direta para auxiliar os parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, para que os atos do legislativo sejam orientados pelo melhor do conhecimento disponível sobre nosso mar, zona costeira, seus povos e seus diversos usos.

<https://www.youtube.com/watch?v=42iWjxrTrj8&t=1s>

### FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA (FPAMB) CONVIDA:

Retomada do Grupo de Trabalho Para Uso e Conservação Marinha (GT-Mar - 2023)

- Apresentação da coordenação;
- Plano de Trabalho;
- Orientações para participação da sociedade civil.

**SEXTA**  
14/04 às 9h

Transmissão ao vivo pelo Canal do Youtube PainelMar

### Participantes

Dep. Nilto Tatto  
Coordenador FPAMB

Dep. Túlio Gadelha  
Coordenador GT-Mar



**LIVE**

Presença de parlamentares e autoridades

# Lançamento do Documentário "Exilados"

Com o apoio da Frente Parlamentar Ambientalista, o filme foi uma realização da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e do WWF-Brasil, e levou depoimentos e entrevistas contundentes sobre a expulsão violenta de extrativistas na Reserva Extrativista de Rondônia.

A história revela a convivência de autoridades com invasões e a permanência de gado ilegal na unidade de conservação.

O documentário proporcionou uma oportunidade de levar mais informação acerca da importância da preservação ambiental e dos direitos dos povos extrativistas.

Após a exibição do documentário, representantes do Governo Federal falaram ainda dos esforços de reconstrução dos órgãos de combate às invasões das unidades de conservação e ao desmatamento em todo o país, após anos de ataque e desmonte.

"Esse documentário relata cenas que historicamente a gente vê pelo país contra povos indígenas e comunidades tradicionais, desmandos que estão destruindo uma das coisas mais belas que temos, que é a diversidade cultural associada aos modos tradicionais de vida e à conservação do meio ambiente", afirmou o deputado Nilto Tatto (PT-SP), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista no Congresso Nacional, durante o lançamento.

<https://www.youtube.com/watch?v=QNvB8dV-GE5c&t=83s>



## Lançamento do documentário Exilados

Frente Parlamentar Ambientalista, Kanindé, Organização dos Seringueiros de Rondônia e WWF-Brasil convidam para o lançamento do documentário Exilados

O documentário mostra a incapacidade de se fazer cumprir uma série de decisões da Justiça em favor de famílias de extrativistas que foram expulsas com violência da Resex de Jaci-Paraná, em Rondônia. O lançamento, seguido de debate, contará com a participação de representantes dos extrativistas e parlamentares.

 **DATA**  
12 de abril

 **HORÁRIO**  
8 horas  
horário de Brasília

 **LOCAL**  
Brasília/DF, Câmara  
dos Deputados –  
Auditório Freitas Nobre  
(Anexo IV, Subsolo)



# Grupo de Trabalho de Empresas da Frente Parlamentar Ambientalista define temas prioritários para 2023



A Frente Parlamentar Ambientalista realizou o primeiro encontro do Grupo de Trabalho de Empresas em 2023, definindo três temas prioritários para trabalhar ao longo do ano: Mercado de Carbono, Energias Renováveis e Reforma Tributária Verde.

A reunião contou com a presença do deputado Amom Mandel (CIDADANIA - AM), coordenador do GT, e representantes de diversos setores empresariais.

O objetivo foi traçar metas para propor projetos de lei e outras ações, como audiências públicas e debates, para avançar nas questões fundamentais para uma economia sustentável do país.

O GT-Empresas da Frente Parlamentar Ambientalista

tem por objetivo promover a participação das empresas nos desafios socioambientais do País, contribuindo com as discussões das políticas públicas em debate no Congresso Nacional.

O GT-Empresas tem a missão de ressaltar a relevância e os benefícios do desenvolvimento sustentável e da conservação ambiental, por meio do diálogo entre parlamentares e empresas, visando a contribuição individual de cada um dos seus membros em ações ligadas à conservação da biodiversidade, resíduos sólidos, mudanças climáticas, mercado de carbono, água, preservação florestal, assim como em aspectos políticos e socioeconômicos que permeiam a conservação ambiental no Brasil.

## GT Empresas define agenda Pró-Sustentabilidade

O Grupo de Trabalho Empresarial da Frente Parlamentar Ambientalista está avançando com decisões estratégicas em reuniões realizadas. O deputado Amom Mandel (Cidadania-AM), coordenador do grupo, desta-



cou a importância crucial de consolidar a colaboração entre empresas para fortalecer a participação no Congresso Nacional.

"É de suma importância atrair mais empresas para nosso Grupo de Trabalho, fortalecendo assim nossa voz e influência no Congresso Nacional. Nosso objetivo é garantir a aprovação das pautas que defendemos, seja por meio de projetos já existentes ou novas ideias. Esta prioridade não se limita apenas ao meu mandato na Frente Parlamentar, mas também deve ser mantido por futuros representantes", declarou o Deputado Mandel.

Entre as propostas debatidas, destacam-se medidas como a Reforma Tributária Verde, incentivos à sustentabilidade, mercado de carbono, economia circular, pagamento por serviços ambientais (PSA), o Pacote Verde do governo, taxonomia verde e bioeconomia.

# Mobilização contra a MP 1150 – Ameaça a Mata Atlântica e Código Florestal



A Frente Parlamentar ambientalista, a SOS Mata Atlântica e diversas entidades ambientalistas promoveram um ato em frente ao Congresso Nacional, contra a Medida Provisória (MP) 1150/2022, que na prática acaba com a Lei da Mata Atlântica e permite mais desmatamento no bioma que já é o mais devastado do Brasil.

A MP 1150/2022 é a mais grave ameaça à proteção da Mata Atlântica. Se aprovada com as emendas apresentadas na Câmara dos Deputados, a medida provisória poderá enfraquecer significativamente a Lei da Mata Atlântica, permitindo a supressão de

vegetação nativa, em matas primárias e em estágio médio e avançado de regeneração sem estudo de impacto ambiental, além de transferir a responsabilidade de avaliação para órgãos municipais, o que fere a Constituição Federal.

Texto ainda traz problemas para avançar no cumprimento do Código Florestal

Além disso, a prorrogação do prazo para os produtores rurais realizarem as adequações ambientais necessárias pode dificultar a restauração de áreas ilegalmente suprimidas.

## SOS Mata Atlântica e Frente Ambientalista se posicionam sobre MP 1150

A Fundação SOS Mata Atlântica e a Frente Ambientalista se reuniram com representantes dos poderes executivo e legislativo para tratar da Medida Provisória (MP) 1150 que afeta diretamente a Lei da Mata Atlântica. Os ambientalistas conversaram com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (REDE) e equipe, e com o senador Efraim Filho (União Brasil), relator da medida.

Na ocasião, foram entregues duas notas técnicas: <https://www.frenteambientalista.com//s/f/mp-1150-2022> ao senador Efraim Filho, relator da medida, uma da rede Observatório do Clima e uma específica elaborada pela SOS Mata Atlântica, que aponta os impactos da MP e de suas emendas na Lei da Mata Atlântica.

A SOS Mata Atlântica, também se reuniu com o vice-presidente Geraldo Alckmin que alegou estar à disposição para que impasses não atrapalhem os objetivos do governo em alcançar o desmatamento zero.



**SOS Mata Atlântica e Frente Ambientalista se posicionam sobre MP1150 para que o Senado e Governo protejam a Mata Atlântica**

# Lançamento do GT de Energias Renováveis

O deputado federal Pedro Campos (PSB - PE), coordenador do GT de Energias Renováveis, destacou a importância do tema na luta contra as mudanças climáticas e no desenvolvimento sustentável. Na ocasião, parlamentares, organizações e autoridades lançaram a Frente Parlamentar em Defesa do Nordeste.

“Como nos ensinou Eduardo Campos, o Nordeste não é problema, é parte da solução para o Brasil. A nos-

sa região tem potencial para ser a locomotiva do desenvolvimento do nosso país, com seu amplo potencial econômico, energético, científico e cultural”, afirmou Pedro Campos.

A ocasião foi marcada pelo debate sobre a temática “Transição Energética Justa no Nordeste” com o intuito de aliar a geração de energia, a sustentabilidade e o vetor de desenvolvimento regional.



## Mulheres na Conservação: Dia Internacional da Biodiversidade

"Mulheres na Conservação" é um documentário inspirador que apresenta histórias de mulheres engajadas na defesa e proteção da biodiversidade em todo o mundo. O filme retrata suas jornadas corajosas, suas contribuições inestimáveis e a importância de seu trabalho na conservação dos ecossistemas e na promoção de um futuro sustentável.

Este evento foi realizado em comemoração ao Dia Internacional da Biodiversidade, com apoio do Grupo de Trabalho do Mar da Frente Parlamentar Ambientalista.

Confirme sua presença pelo mail [contato@tochafilmes.com.br](mailto:contato@tochafilmes.com.br)  
\*Sujeito a lotação



# Audiência Pública sobre a restauração dos Ecossistemas na Mata Atlântica

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública, para discutir os compromissos do Brasil com a década da restauração dos ecossistemas dentro das comemorações da "Semana da Mata Atlântica".

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Nilto Tatto (PT-SP), autor do requerimento para a realização do debate, afirmou que a recuperação de áreas florestais no bioma é fundamental para mitigar as mudanças climáticas. "Iniciativas internacionais já apon-

tam a Mata Atlântica como uma das prioridades mundiais para restauração florestal, combinando sequestro de carbono e proteção da biodiversidade e da água", disse.

Durante a audiência, especialistas concordaram que a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06), em vigor desde 2006, e o novo Código Florestal (Lei 12.651/12), aprovado em 2012, já trazem os principais instrumentos para a restauração do bioma. Porém, identificaram uma série de ataques às duas leis por meio de propostas em análise no Congresso Nacional.



# Mobilizações contra o PL 490 – Marco Temporal



Indígenas de várias partes do país e sociedade civil foram para às ruas protestar contra o PL 490/07 conhecido como Marco Temporal.

O PL 490/07 flexibiliza o acesso às terras dos povos isolados, colocando em risco sua integridade e seu modo de vida único. Além disso, incentiva o garimpo, um verdadeiro flagelo ambiental, desrespeitando a natureza e as comunidades indígenas.

O Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

<https://www.frenteambientalista.com/post/marco-temporal-e-desmonte-de-minist%C3%A9rios-congresso-esvazia-meio-ambiente>

## Coletiva de imprensa sobre o relatório da MP 1154, contra o desmonte do meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais

O Congresso aprovou a urgência do marco temporal e a comissão votou a medida provisória que tira forças do Meio Ambiente e Povos Indígenas em um dia.

A Frente Parlamentar Ambientalista e a Frente Parlamentar Indígena realizaram uma coletiva de imprensa para lançar uma "Nota contra o desmonte da gestão do meio ambiente, povos indígenas e comunidades tradicionais da MP 1154". A coletiva foi realizada no Salão Verde, e contou com as presenças de Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, e dos coordenadores das duas frentes, deputado Nilto Tatto (PT/SP) e Célia Xakriabá (PSOL/MG), dentre outros parlamentares signatários das frentes.

[https://drive.google.com/file/d/1qB211b\\_XkAZ9ZliywV8HNZJKxSX71KR/view?usp=share\\_link](https://drive.google.com/file/d/1qB211b_XkAZ9ZliywV8HNZJKxSX71KR/view?usp=share_link)



# Ato Solene em Defesa da Mata Atlântica e Lançamento do site da Frente Ambientalista



A Frente Ambientalista e a SOS Mata Atlântica realizaram um importante ato em defesa da Mata Atlântica na Câmara dos Deputados. O evento teve como objetivo valorizar a importância do bioma, reconhecer a luta incansável da sociedade civil, da comunidade científica, dos parlamentares e dos governos em prol de sua defesa, combate ao desmatamento e restauração, além de marcar o Dia da Mata Atlântica, comemorado em 27 de maio.

O coordenador da Frente Ambientalista agradeceu o apoio da SOS Mata Atlântica. "Se hoje a pauta encontrou mais segurança por não ter devastado ainda mais a Mata Atlântica, temos essa instituição como a grande responsável", destacou.

A diretora de políticas públicas da SOS Mata Atlân-

tica, Malu Ribeiro, falou da importância do veto do presidente Lula ao PL 1150/2022.

O texto aprovado pelos deputados federais altera a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06) para permitir o desmatamento de áreas onde haverá implantação de linhas de transmissão de energia elétrica, gasodutos ou sistemas de abastecimento público de água, sem necessidade de estudo prévio de impacto ambiental ou compensação de qualquer natureza.

Na oportunidade foi lançado o novo site da Frente Ambientalista, com layout mais acessível aos usuários, contendo o Observatório de Leis. Essa ferramenta é voltada para facilitar o acompanhamento e a tramitação de matérias importantes e de impacto para o meio ambiente.





# Virada Parlamentar Sustentável

As eleições de outubro de 2022 reiniciaram a democracia brasileira num contexto até então inédito: a eleição de uma presidência grandemente alinhada ao discurso ambiental e dos direitos humanos, e, simultaneamente, a eleição de um Parlamento de perfil conservador e pouco aderente às pautas socioambientais e climáticas, como demonstrado em diversas votações, CPIs e posicionamentos políticos ao longo deste ano de 2023.

Neste cenário desafiador, 30% do parlamento federal é composto por parlamentares "não-verdes" moderados, com índice de convergência de apenas 30 a 50%, e os partidos com maiores bancadas, com a notável exceção do PT, considerados pela mensuração do Farol Verde como pouco alinhados ou até mesmo anti ambientais. Tal realidade torna imprescindível a articulação das organizações da sociedade civil com as Frentes Parlamentares em defesa de propostas socioambientais, de direitos humanos, pela economia verde e transparência na política, bem como a interlocução propositiva e ampla com parlamentares que tradicionalmente não fazem parte do campo ambientalista no Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Neste contexto e com tais desafios em mente, nasceu a Virada Parlamentar Sustentável, proposta pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e a Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), construída a muitas mãos, por 65 organizações, grupos de trabalho, universidades, assessorias e Frentes Parlamentares.

O planejamento original era iniciar a Virada no Congresso Nacional em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, e encerrá-la em 29 de junho. Contudo, a adesão foi tamanha que a Virada começou em 22 de maio e se estendeu até meados de setembro. Realizamos 37 eventos na Câmara dos Deputados e no Senado entre maio e setembro de 2023, pautando os maiores desafios socioambientais da atualidade de maneira propositiva e calcada em ciência e no que prevê a Constituição e os acordos internacionais firmados pelo Brasil.

Promovemos audiências públicas, seminários, atos políticos, exibição de documentário, café da manhã e mesas redondas com a participação de renomados especialistas para qualificar o debate da sustentabilidade no Parlamento com as mais recentes pesquisas e boas práticas.

Pleitos de grande relevância e urgência foram apresentados, objetivando iniciar uma virada de concepção, pautando o centro do debate público nacional. Dentre os temas abordados, destacaram-se a Proteção das águas; a Sociobiodiversidade; a Proteção dos bio-

mas; Democracia e participação cidadã; Economia verde; Proteção dos animais; Combate ao desmatamento; Transição energética; Mudanças climáticas; Gênero e meio ambiente; Educação ambiental e Segurança alimentar.

Um total de 86 Projetos de Lei e Projetos de Emenda à Constituição foram apresentados e debatidos no Congresso Nacional, nas mais diversas comissões do Senado e Câmara dos Deputados, e seguem sendo acompanhados pela rede consolidada de parceiros da sociedade civil e das Frentes Parlamentares. Um total de 467 artigos foram publicados na imprensa sobre a proposta da Virada Parlamentar Sustentável e suas atividades, refletindo o reconhecimento da sociedade como um todo sobre a importância de qualificar o debate político no país, e avançar rumo a um futuro de maior sustentabilidade e segurança climática e democrática.

Coordenar esse projeto foi uma grande honra e um aprendizado que dividimos com todos nossos parceiros da sociedade civil, deputados, senadores, servidores, e movimentos sociais, a quem estendemos nosso reconhecimento, e com quem construiremos, juntos, os próximos anos de incidência pela sustentabilidade no Congresso Nacional.

## Marcos Woortmann

Cientista Político e Coordenador de Política Socioambiental do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS



# Ato Cívico Contra o Desmonte Socioambiental – MP 1150



Organizações e coletivos, povos originários e a população em geral se reuniram em ato cívico pacífico no gramado em frente ao Congresso Nacional, no dia 21 de junho, em protesto contra as recentes ameaças socioambientais aprovadas na Câmara dos Deputados.

O chamado de ONGs contra o “desmonte socioambiental” e a decisão de ir para as ruas se deu a partir do Projeto de Lei PL 490/07, do Marco Temporal, que ameaça a demarcação de territórios indígenas;

da aprovação da Medida Provisória MP 1150, que impacta a restauração de florestas e abre brechas para mais desmatamento na Mata Atlântica; e do relatório da MP 1154 – que “esvaziou” os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e dos Povos Indígenas (MPI).

“Continuamos lutando, porque quem tem território, tem lugar onde voltar”, disse a deputada federal, Célia Xakriaba durante seu discurso no protesto.

## Seminário “Os Rios pedem proteção”

Várias entidades socioambientais iniciaram a articulação de um projeto de lei para ampliar a proteção dos rios brasileiros durante seminário da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados no dia 22 de junho. O evento também contou com representantes do governo federal, do Ministério Público e dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

O debate foi proposto pelo coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado federal Nilto Tatto (PT - SP) e promovido pela Virada Parlamentar Sustentável.

A ideia é superar lacunas e conflitos em leis já existentes, como o Código Florestal, a Política Nacional de Meio Ambiente e a Lei das Águas. O diretor da ONG International Rivers Brasil, Flávio Montiel, defendeu uma nova lei para garantir a proteção integral dos rios, vistos como bens necessários para a vida em geral, e não apenas para a vida humana.

<https://www.frenteambientalista.com/post/semim%C3%A1rio-na-c%C3%A2mara-articula-projeto-de-lei-de-prote%C3%A7%C3%A3o-integral-para-os-rios>



# Educação Climática

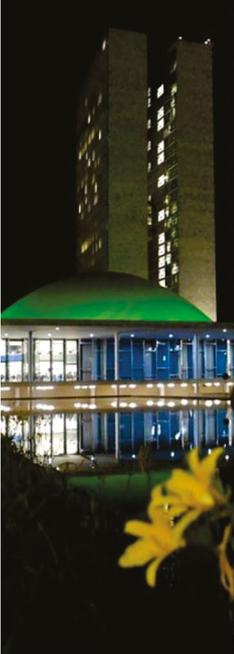
A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados debateu a importância da educação climática no Brasil no contexto de crise climática no mundo. Autor do requerimento, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), Coordenador do GT Educação Ambiental da Frente Ambientalista, defendeu a educação climática como ferramenta crucial para o futuro do planeta. "É fundamental que a população compreenda os impactos das mudanças climáticas e como elas podem afetar a nossa qualidade de vida e a sobrevivência de espécies animais e vegetais", afirmou.

Ele espera que o debate sirva de ferramenta de reflexão, planejamento e desenvolvimento de iniciativas públicas, por parte do legislativo e do executivo federal, visando a criação de políticas, planos, programas e ações de educação sobre e para as mudanças climáticas, de qualidade, em escolas e universidades e em outros espaços sociais.

<https://www.frenteambientalista.com/post/virada-parlamentar-sustent%C3%A1vel-busca-aproximar-parlamentares-da-agenda-socioambiental>



# Sessão Solene Dia Mundial do Meio Ambiente



**Sessão Solene do Dia Mundial do Meio Ambiente**

O coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, deputado federal Nilto Tatto, e o deputado federal Ivan Valente convidam para Sessão Solene em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Data: 26/06/2023 (segunda-feira)  
Horário: Às 15h  
Local: Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados



A Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. O evento, presidido pelo deputado Nilto Tatto (PT-SP), Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, contou com a participação da sociedade civil, autoridades e especialistas do setor.

Durante a solenidade, o deputado federal Nilto Tatto ressaltou em seu discurso a importância de celebrar a retomada da agenda ambiental e social, reconhecendo a responsabilidade do Brasil em liderar a busca por soluções sustentáveis. Ele apontou que o país possui uma diversidade de biomas e uma riqueza natural incomparável, o que o torna capaz de propor e implementar medidas eficazes para enfrentar os problemas sociais e ambientais.

<https://www.frenteambientalista.com/post/virada-parlamentar-sustentavel-busca-aproximar-parlamentares-da-agenda-socioambiental>



# Audiência Pública em defesa do Pantanal



A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre as perspectivas do Pantanal Brasileiro, que é a maior planície alagável do planeta. A audiência foi presidida pelos deputados federais Chico Alencar (PSOL - RJ)

e Bandeira de Mello (PSB - RJ), o evento fez parte da "Virada Parlamentar Sustentável" com apoio da Frente Parlamentar Ambientalista.

Ambientalistas e representantes do Ministério Público ouvidos pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados foram unânimes em pedir a aprovação de uma lei federal para proteger o Pantanal Brasileiro, a maior planície alagável do planeta. O diretor do Instituto SOS Pantanal, Leonardo Gomes destacou que, após a publicação do decreto 14.273/15 pelo governo do Mato Grosso do Sul, o desmatamento licenciado na região do- brou. Ele observou que a falta de uma lei federal de proteção da região gera uma série de inseguranças jurídicas.

**Leonardo Gomes**  
SOS Pantanal

<https://www.frenteambientalista.com/post/ambientalistas-e-minist%C3%A9rio-p%C3%ABlico-pedem-lei-federal-para-protger-o-pantanal>



# Encontros Frente Parlamentar Ambientalista e Legisla Brasil



A Frente Parlamentar Ambientalista e o Legisla Brasil se uniram para planejar estrategicamente as ações com os seus membros, com o intuito de otimizar os trabalhos. No primeiro encontro, que aconteceu no dia 11 de agosto, foram discutidos os objetivos-chave estabelecendo marcos significativos para impulsionar as iniciativas. O evento contou com a participação de membros da sociedade civil e assessores parlamentares. O primeiro encontro foi focado em traçar metas para fortalecer os Grupos de Trabalho (GTs), proporcionando assistência técnica e estratégias para otimizar o trabalho e acompanhamento contínuo.

Já o segundo encontro, que ocorreu no dia 18 de agosto, proporcionou algumas dinâmicas para definir as pautas socioambientais prioritárias, fornecendo estratégias para potencializar os núcleos de trabalho da Frente.



# Proposta para Reforma Tributária Sustentável



O coordenador da Frente Ambientalista, deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), e o coordenador do Fórum Permanente da Amazônia, deputado federal Airton Faleiro, se reuniram com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, em uma importante ação para uma reforma tributária sustentável, foi entregue uma nota técnica de 9 pontos.

Essa nota foi elaborada em colaboração por diversas organizações que fazem parte da Frente Parlamentar Ambientalista e do Fórum Permanente da Amazônia, e traz subsídios essenciais para que a Reforma Tributária se torne uma ferramenta efetiva na transição para uma economia sustentável.

[https://drive.google.com/file/d/1j5RneKpaCMz27qUVkE OG4IKuhs3N2d\\_Q/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1j5RneKpaCMz27qUVkE OG4IKuhs3N2d_Q/view?usp=sharing)

**Brasília, 04 de julho de 2023**

## NOTA TÉCNICA: SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DA PEC 45/2019 DA REFORMA TRIBUTÁRIA

No dia 22.06 o relator do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional (PEC 45/19), dep. Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), apresentou um **substitutivo** da PEC 45/19, sobre a reforma sobre o consumo. Anteriormente (06.06) ele tinha apresentado um **relatório** com as conclusões do grupo do conteúdo da PEC 45/19 e também da PEC 110/19, que tramita no Senado. As duas são as principais propostas sobre o tema, relativamente semelhantes, e ambas promovem a unificação de tributos sobre o consumo federais (IPI e PIS/Cofins), estadual (ICMS) e municipal (ISS).

Apesar da inclusão desses princípios constitucionais não surtir um efeito direto sobre o tema, dão azo a uma série de novas medidas que podem ser estabelecidas no futuro.

### 1.1. Princípios ambientais na ordem tributária

Art. 145.....

<sup>1</sup> Foram consideradas propostas apresentadas por parlamentares (como as ideias defendidas pelo grupo da Reforma Justa e Sustentável), pelas bancadas ambientalistas (incluindo a Frente Parlamentar Ambientalista coordenada pelo dep. Nilto Tatto e a Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia, coordenado pelo dep. Airton Faleiro) e por entidades da sociedade civil (como as 9 propostas para uma reforma sustentável).

<sup>2</sup> O cenário que se desenha, conforme declarações do presidente da Casa, dep. Arthur Lira, e do governo é de que o plano é votar um substitutivo para a PEC 45/19 até julho, com negociações já em curso. O governo tem considerado a reforma tributária uma pauta prioritária e basilar para outras reformas econômicas, de forma que é improvável que se consiga apoio para pautar qualquer outra coisa que não essa reforma mais ou menos nos moldes em que já se encontra.

# GT Mar

A extensa costa brasileira, com seus quase 7637km, representa não apenas um traço geográfico, mas um elemento intrínseco à identidade e à sustentabilidade do país. A zona costeira e marinha, abrangendo 70% do planeta, configura-se como um ecossistema vasto. Ao longo do ano de 2023, o Grupo de Trabalho Para Uso e Conservação Marinha (GT-Mar), uma iniciativa da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, empenhou-se em defender incansavelmente esse patrimônio natural.

Em maio, na UNESCO em Brasília, ocorreu um encontro promovido pelo GT-Mar, reunindo sociedade civil e poder público para impulsionar pesquisa, proteção e legislação oceânica. Destacou-se a importância da cooperação internacional, especialmente através da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO.

A relevância do Dia Mundial do Oceano e da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável foi ressaltada, evidenciando desafios como a escassa pesquisa e legislação inadequada. O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, reconheceu os quase 8mil quilômetros de costa como um desafio e destacou a retomada da fiscalização, além da cautela no licenciamento ambiental. Ações contra a pesca predatória foram ressaltadas como prioritárias.

O alerta sobre a PEC 03/2022, que propõe a privatização de Terrenos de Marinha, foi um ponto crucial, sublinhando o impacto ambiental, econômico e social. A importância de pressionar os senadores contra sua aprovação foi destacada.

O deputado Túlio Gadêlha liderou a campanha pela aprovação da Lei do Mar, realizando uma Audiência Pública sobre o PL 6969/2013. Discutiu-se a Política Nacional para a Conservação do Bioma Marinho Brasileiro, abordando temas cruciais como licenciamento ambiental e gestão ecossistêmica.

Ações de advocacy em Brasília destacaram a importância de preservar a zona costeira e marinha, enfatizando a colaboração entre organizações e indivíduos como fundamental para influenciar políticas públicas.

Em agosto, pescadores atingidos pelo crime do derramamento de petróleo de 2019 lançaram o "Manifesto Mar de Luta". O deputado Túlio Gadêlha relembrou os impactos e alertou sobre a necessidade contínua de reparação socioambiental.

O patrimônio marinho do Brasil é um tesouro compartilhado por todos, essencial para nossa sobrevivência. Em meio aos desafios do próximo ano, incluindo a aprovação da Lei do Mar e a resistência à PEC 03/2022, o GT-Mar reitera seu compromisso. O oceano não é apenas uma fronteira física; é nossa conexão vital com a vida. Unamo-nos para proteger e preservar, garantindo um futuro sustentável para todos. O poder está em nossas mãos, e juntos, somos a força que moldará o destino de nossos mares e povos do mar.

## **Adayse Bossolani**

Coordenadora Técnica do Grupo de Trabalho do Mar da Frente Parlamentar Ambientalista



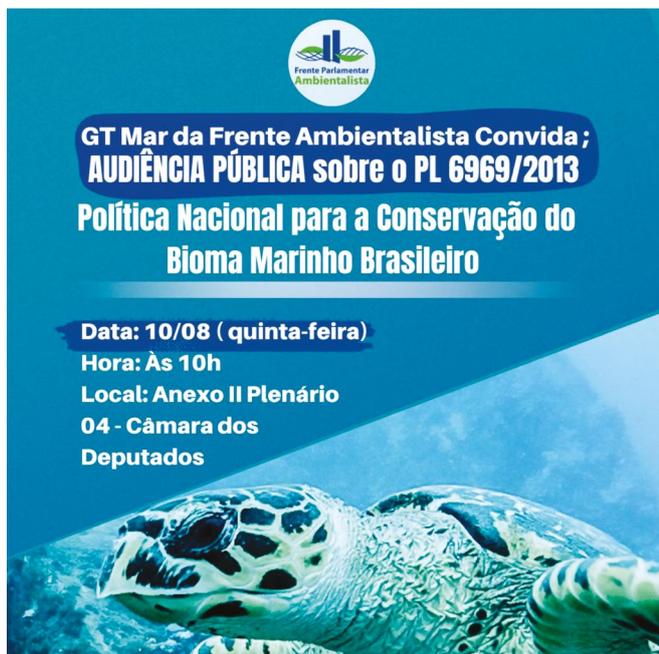
# PL 6969/2013 – Política Nacional para a Conservação do Bioma Marinho Brasileiro

O Coordenador do GT Mar da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Túlio Gadelha (REDE-PE) realizou um debate para discutir o Projeto de Lei 6969/2019, também conhecido como PL do Mar. Ele aborda questões fundamentais, como a definição das áreas do Bioma Marinho, as zonas de transição com outros biomas, a gestão ecossistêmica, conservação e uso sustentável.

O deputado informou durante a audiência que pretende superar “mitos e desinformações” para aprovar a proposta de Lei do Mar (PL 6969/13), analisada há dez anos na Câmara dos Deputados e com regime de urgência desde 2018.

"Hoje, cerca de 130 blocos de exploração de óleo e gás na região da foz do Amazonas estão sobrepostos a áreas de recifes. Tem uma sobreposição de planos e programas de pesca, biodiversidade, exploração de petróleo e gás, unidade de conservação que só vai ser resolvida com base em uma gestão integrada, inclusiva e participativa. É para isso que serve a Lei do Mar", declarou a Professora do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Leandra Gonçalves.

O objetivo do PNCMar é promover o uso responsável, conservar a biodiversidade e integrar as políticas públicas para alcançar esses objetivos. Também aborda temas essenciais como a regulamentação do Planejamento Espacial Marinho, indicadores de saúde ambiental, licenciamento ambiental, entre outros.



# Debate para uma transição de Baixo Carbono



A Frente Ambientalista coordenou o debate "Transição para uma Economia de Baixo Carbono: a Experiência do Pacto Verde Europeu". O coordenador da Frente

Ambientalista, deputado Nilto Tatto (PT-SP), presidiu o debate que contou com a participação do Embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez, e da especialista europeia, Mercedes Sánchez Varela. Juntos, eles apresentaram o Pacote Legislativo da União Europeia, que visa alcançar a neutralidade climática até 2050.

Durante o evento, foram discutidas importantes propostas, incluindo a regulamentação do mercado de carbono e a proteção da biodiversidade. O debate proporcionou uma excelente oportunidade para estabelecer um diálogo franco e construtivo com os parlamentares, assessores e consultores presentes. A troca de ideias e a prospecção de possíveis áreas de colaboração futura entre o Brasil e a União Europeia em matéria legislativa nesta temática foram pontos chave do encontro.

## Nova tecnologia para substituir testes em animais

A Frente Parlamentar Ambientalista e a Humane Society International promoveram, no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, uma discussão sobre metodologia capaz de substituir testes em animais e salvar caranguejo-ferradura da extinção.

O debate contou com a presença do coordenador da Frente Ambientalista, deputado Nilto Tatto (PT-SP), da deputada Duda Salabet (PDT-MG) coordenadora do GT Água e as cientistas da Humane Society.

Foi apresentado a tecnologia Fator Recombinante C (rFC) aos parlamentares, uma alternativa sustentável ao teste em animais LAL, que usa a hemolinfa de caran-

guejos-ferradura.

O evento teve como objetivo apresentar essa problemática para os parlamentares e pedir apoio para o rápido reconhecimento dessa tecnologia no Brasil. O reconhecimento de métodos alternativos à experimentação animal fica a cargo do CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) que tem como competência monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em ensino e pesquisa, segundo a lei que regulamenta a experimentação animal – Lei 11.794/2008, art.5º, inciso III.



# PEC 03/2022 provoca discussões sobre o futuro dos terrenos de marinha e seus impactos



A Frente Ambientalista se mobilizou contra a PEC 03/2022. Se aprovada, a proposta poderá impactar significativamente a adaptação às mudanças climáticas, a segurança nacional e a economia das comunidades costeiras brasileiras. A PEC em questão pretende viabilizar a privatização de Terrenos de Marinha, um movimento que levanta sérias preocupações entre especialistas, defensores ambientais e representantes de comunidades tradicionais.

A privatização de Terrenos de Marinha pode ter um impacto direto no turismo, empregos locais e negócios que dependem das praias. A possibilidade de desvalorização e perda de investimentos é uma preocupação crescente.

De acordo com documento produzido pelo Grupo de Trabalho do Mar da Frente Parlamentar Ambientalista, existem diversos pontos alarmantes que se destacam no debate em torno da PEC.

[https://819f713e-96ff-4d70-aaaf-91168f5a3cd4.usrfiles.com/ugd/4061a2\\_59e7adac2810497b93505bb7fea1f7c8.pdf](https://819f713e-96ff-4d70-aaaf-91168f5a3cd4.usrfiles.com/ugd/4061a2_59e7adac2810497b93505bb7fea1f7c8.pdf)

## Auxílio emergencial e medidas duradouras para enfrentar desastres naturais

A coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Clima da Frente Parlamentar Ambientalista, deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), anunciou planos de aprimorar o Projeto de Lei 83/22, que trata do auxílio emergencial de um salário mínimo em situações de enchentes e seca. O anúncio foi feito em uma audiência conjunta de três comissões da Câmara dos Deputados (Amazônia e Povos Originários, Legislação Participativa e Meio Ambiente) com especialistas e moradores de áreas afetadas por recentes desastres climáticos.

Ela considerou a elaboração de uma nova proposta mais abrangente para preencher as lacunas da legislação atual. A decisão foi revelada após uma audiência conjunta de três comissões da Câmara dos Deputados (Amazônia e Povos Originários, Legislação Participativa e Meio Ambiente), que contou com a presença de especialistas e moradores de áreas afetadas por recentes desastres climáticos.

A coordenadora do GT Clima na Frente Parlamen-

tar Ambientalista já havia apresentado essa proposta de auxílio emergencial, em resposta às tragédias de inundações e secas no Brasil.



**Deputada Talíria Petrone, Coordenadora do GT Clima da Frente Ambientalista, propõe auxílio emergencial e medidas duradouras contra desastres climáticos**

# Bem-Estar Animal e desenvolvimento Sustentável



A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública sobre a resolução do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, aprovada em março de 2022, que trata da relação entre o bem-estar animal, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A chamada Resolução Nexus solicita que Estados-membros protejam a vida selvagem e outros animais não humanos, considerando o crescente consenso de que o bem-estar animal e a proteção dos ecossistemas estão intrinsecamente relacionados.

O autor do requerimento para realização do debate foi o coordenador da Frente Ambientalista, de-

putado Nilto Tatto (PT-SP). Ele vê a proteção animal como um dos mais significativos desafios enfrentados pela comunidade global atualmente. "Inclui-se aí a redução do risco de novas e emergentes infecções por doenças zoonóticas, a mitigação das mudanças climáticas e de outras ameaças ambientais e assegurando sistemas alimentares seguros e sustentáveis", afirmou.

Na ocasião, a assessora legislativa da Frente Parlamentar Ambientalista, Izabel Honorato, ressaltou que atualmente no Observatório de Leis da Frente, a pauta de fauna possui 46 projetos de leis catalogados e a importância do uso da ferramenta pela sociedade civil.



# Racismo Ambiental e Climático

O modo de organização da sociedade, vigente até hoje, é fundamentado nas relações de poder advindas de uma estrutura que ordena socialmente os cidadãos por meio de raça e classe. Essa organização é pensada para que tudo o que compõe ou influencia a vida beneficie aqueles que ocupam o topo da pirâmide social em detrimento dos que estão posicionados na base, os que são responsabilizados pela sustentação do sistema, mas invisibilizados enquanto sujeitos detentores de direitos. E resgatar essa compreensão estrutural é o ponto de partida para a conceitualização do racismo ambiental e climático.

Trata-se de um termo dado às discriminações e injustiças ambientais e climáticas dentro do contexto social e racial. Isso porque identifica-se que os grupos em maior vulnerabilidade social e climática são a população negra e indígena, assim como para quaisquer outras violações de direitos devido a posição social que lhes é atribuída. O principal argumento dessa conceitualização está em contrapor a tese de que os impactos ambientais e climáticos alcança todos na mesma magnitude e temporalidade, não havendo distinção entre os atingidos. Contudo, o que se presencia é o oposto, onde o recorte de classe e raça apontam os principais afetados.

Estas discriminações ocorrem no contexto urbano e rural, utilizando da caracterização do espaço como justificativa para a permanência das violências. Isto é, no racismo ambiental e climático, o território torna-se o principal elemento utilizado para a punição social.

Como exemplos de casos de racismo ambiental e climático comuns no Brasil a serem citados têm-se as comunidades situadas próximas a aterros sanitários e rios altamente poluídos, desprovidas de saneamento básico e sujeitas a doenças e contaminações; e as famílias residentes em áreas de encostas que sofrem com o constante perigo de deslizamentos. São vítimas majoritariamente compostas pelo traço étnico-racial aqui citado, o que denuncia como o racismo ambiental e climático é um produto da estrutura social.

A questão ambiental e climática é uma das principais reivindicações da política internacional, onde a responsabilidade ambiental pode recompensar ou penalizar países — sendo o Brasil um dos principais sob a ótica dessa perspectiva internacional. Contudo, trata-se de um debate com grande enfoque na concepção da preservação integral, onde os sujeitos que estabelecem relações com o meio ambiente não são identificados como pilares necessários, colocando a discussão socio-



ambiental em segundo plano. Uma consequência disso é a criminalização dos povos originários e comunidades tradicionais que, mesmo ocupando o território enquanto agentes indispensáveis para a sua preservação e conservação, onde suas identidades não são dissociáveis do mesmo, ainda são alvos de negativas e preconceitos quanto às suas culturas, vivências e tradições por conta de um entendimento ambiental ausente de perspectiva social e de alteridade. Isto é, também se enquadrando enquanto vítimas do racismo ambiental.

Em suma, o racismo ambiental e climático é um termo necessário para evidenciar como aquelas comunidades e povos negros, indígenas e de baixa renda são expostos a diversas negações de direitos que envolvem a segurança e a manutenção da vida, independente do segmento em discussão.

## **Deputada Federal Carol Dartora (PT-PR)**

Coordenadora do GT de Racismo Ambiental da Frente Parlamentar Ambientalista

# Lançamento dos Grupos de Trabalho de Racismo Ambiental e Clima



APOIO:



No dia 5 de setembro, um importante evento reuniu representantes do Governo Federal e da sociedade civil para discutir questões cruciais relacionadas à preservação ambiental e ao combate ao racismo ambiental no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. O lançamento do Grupo de Trabalho (GT) Clima e do GT Racismo Ambiental da Frente Parlamentar Mista Ambientalista marcou um passo significativo na direção de um futuro mais sustentável, igualitário e livre de racismo ambiental.

O GT de Racismo Ambiental tem como coordenadora a deputada federal Carol Dartora (PT-PR). Já o Grupo de Trabalho de Clima está sob a coordenação da deputada federal Talíria Petrone (Psol - RJ).

“A gente vive um momento muito dramático, uma emergência climática que precisa ser freada urgentemente”, declarou Talíria Petrone.

Se a gente pensar quais são as pessoas que têm seus direitos violados, essas pessoas são as pessoas indígenas, periféricas e pessoas pretas”, afirmou a deputada Carol Dartora durante o evento.

O lançamento do GT Clima e do GT Racismo Ambiental da Frente Parlamentar Ambientalista representa um importante passo na direção a uma abordagem mais inclusiva e eficaz na luta pela preservação do meio ambiente, pela promoção da igualdade racial e pelo combate ao racismo ambiental. Com a participação ativa do governo e da sociedade civil, esperamos que esse esforço conjunto resulte em medidas concretas para combater o racismo ambiental e garantir um futuro mais sustentável e igualitário para todos.





# Cerrado e Caatinga Patrimônios do Brasil

Em audiência na Câmara dos Deputados, entidades socioambientais receberam apoio de representantes dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário na busca do reconhecimento de Cerrado e Caatinga como patrimônios nacionais. Eles cobraram a aprovação das propostas (PEC 504/10 e três apensadas) que incluem os dois biomas na Constituição Federal, como já ocorre com a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

A chamada PEC do Cerrado e da Caatinga está pronta para votação do Plenário da Câmara desde 2013; porém, enfrenta resistência das bancadas ligadas ao agronegócio e a outros setores produtivos. Os de-



fensores do texto argumentam que o reconhecimento como patrimônio nacional pode ampliar as políticas públicas de proteção do Cerrado, segundo maior bioma do país, e da Caatinga, único bioma exclusivo do Brasil, ambos ricos em biodiversidade. O debate ocorreu na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários. A coordenadora-geral da Rede Cerrado, Maria de Lourdes Nascimento, criticou o atual foco de proteção apenas em biomas predominantemente florestais.

O diretor do departamento de combate à desertificação do Ministério do Meio Ambiente, Alexandre Pires, ressaltou a relevância da PEC no atual contexto de mudanças climáticas e de valorização da sociobioeconomia e da agroecologia.

"A aprovação dessa PEC é sobretudo reconhecer a importância dos povos que neles vivem e a importância da biodiversidade para a sustentação e a sobrevivência desse planeta", sustentou.

Organizadora do debate, a presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários, deputada Célia Xakriabá (Psol-MG), anunciou nova articulação para a aprovação da PEC do Cerrado e da Caatinga, com argumentos reforçados pela futura Conferência da ONU sobre Mudanças do Clima, a COP-30, prevista para 2025 em Belém, no Pará.

## Lançamento do Grupo de Trabalho para proteção do Cerrado

LANÇAMENTO

GRUPO DE TRABALHO DO  
**CERRADO**

14/SET  
QUINTA  
ÀS 17H

TORRE DE TV DE BRASÍLIA  
TENDA VEREDAS

Frente Parlamentar Ambientalista Rede Cerrado ISPN

DEPUTADA DANDARA  
COORDENADORA DO GT CERRADO

A coordenadora do Grupo de Trabalho do Cerrado da Frente Parlamentar Ambientalista promoveu o lançamento do GT, durante o "X Encontro e Feira dos Povos do Cerrado", que foi realizado na Torre de TV em Brasília. O evento com mais de 500 presentes contou com a participação dos ministros Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Social, Marina Silva, do Meio Ambiente, e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas, além da coordenadora da Rede Cerrado, Maria de Lourdes Nascimento, e da secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian Rahal, e do secretário de Políticas Quilombolas do Ministério da Igualdade Racial, Ronaldo do Santos.

À frente do Grupo de Trabalho, a deputada Dandara Tonantzin (PT/MG), tem como objetivo criar uma rede de colaboração entre Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais para elaborar políticas e legislações que promovam a preservação do Cerrado. "O lançamento foi um marco histórico para a luta pela conservação desse importante bioma brasileiro, infelizmente, um dos mais ameaçados de extinção", disse.

# Financiamento de políticas ambientais

O financiamento das políticas públicas socioambientais foi tema de seminário promovido pela Comissão de Meio Ambiente por iniciativa do deputado Nilto Tatto (PT-SP), coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista.



“A política de financiamento precisa contemplar aquilo que está sendo feito, na ponta, pela sociedade civil. Uma agenda que, neste momento, é oportuna aqui dentro porque se está discutindo o PPA [Plano Plurianual], o Orçamento do próximo ano e a recuperação de parte do Orçamento que foi contingenciado neste ano”, disse o deputado.

A secretária nacional de Mudança do Clima, Ana Toni, mostrou os planos do governo em relação ao fundo. “O valor dos recursos para 2024 vai subir para R\$ 10,4 bilhões. Então, a gente vai fazer com que o fundo do clima tenha robustez e seja, talvez, o principal veículo em termos de disponibilidade de recursos para a transição energética brasileira justa”, afirmou.

Ana Toni explicou a fórmula para esse aumento de recursos reembolsáveis, ou seja, disponíveis para empréstimo. “As fontes vinham só dos royalties de petróleo do governo federal. Agora, abre-se uma nova fonte: são títulos públicos soberanos sustentáveis. Então, o Tesouro está indo ao mercado para captar esses recursos.”

<https://www.frenteambientalista.com/post/governo-espera-elevar-fundo-de-mudancas-do-clima-para-r-10-4-bilhoes-em-2024>



# Seminário Preparatório para a Cop 28



O Seminário Preparatório para a COP-28, realizado em conjunto pelas Comissões da Amazônia e Povos Originários e de Meio Ambiente, teve como principal propósito a preparação para a próxima Conferência das Partes (COP-28) sobre mudanças climáticas, marcada para ocorrer entre os meses de novembro e dezembro em Dubai, nos Emirados Árabes.

Cláudio Ângelo, representante do Observatório do Clima, enfatizou que, até o momento, os esforços em direção à mitigação climática têm se mostrado "altamente insuficientes". Ele destacou a necessidade de uma redução de 8% ao ano nas emissões de gases de efeito estufa até 2030, porém, lamentavelmente, essas emissões continuam aumentando.

Além disso, o seminário abordou a questão da transição energética e examinou as perspectivas relacionadas à agenda de energia para a COP-28. O deputado Nilto Tatto, Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, ressaltou a expectativa de que este ano haja uma delegação significativa de parlamentares participando da COP. Ele destacou a importância da preparação dos legisladores para o evento e reiterou que, até o momento, poucas ações efetivas foram tomadas em relação aos compromissos previamente acordados na luta contra as mudanças climáticas.

<https://www.frenteambientalista.com/post/esforços-do-brasil-para-reduzir-emissões-de-gases-do-efeito-estufa-são-insuficientes>

## Mudanças climáticas e consequências sociais

A realização do seminário foi solicitada pela deputada Socorro Neri (PP-AC). Ela destacou que as pessoas que mais sofrem com as mudanças climáticas são as mais pobres e marginalizadas. "É de suma importância debater este assunto na Câmara Federal para promover diretrizes para a regulamentação, promoção e implementação de medidas que possam

melhorar a vida dos cidadãos brasileiros mais vulneráveis", justificou.

A secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, disse que 3.679 municípios brasileiros, ou seja, 66% de um total de 5.570, não estão preparados para enfrentar as mudanças climáticas. Ela explicou à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados que o governo está trabalhando em planos setoriais que favoreçam a mitigação do problema e a adaptação.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

<https://www.frenteambientalista.com/post/minist%C3%A9rio-diz-que-66-dos-munic%C3%ADpios-brasileiros-n%C3%A3o-est%C3%A3o-preparados-para-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>

**Seminário Mudanças Climáticas e consequências sociais**

**19 outubro**

10:00 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Plenário 4



# GT Água promove seminário para buscar novas políticas de outorgas de Águas



O Grupo de Trabalho da Água da Frente Parlamentar Ambientalista realizou o I Seminário de Outorgas d'água. O evento foi organizado pela deputada Duda Salabert (PDT-MG), coordenadora do grupo técnico e uma das parlamentares de Minas que mais briga pelo meio ambiente no Congresso. "Este seminário tem como objetivo dar início ao debate acerca de novas políticas públicas para a definição de outorgas d'água no Brasil", destacou.

A primeira mesa de debate foi sobre o desafio de gestão das águas em um cenário de crise, conduzida por Carlos Souza Junior, coordenador do MapBio-

mas Água. Em sua explanação, Carlos Souza falou da dinâmica da água superficial e os desafios em época de crise climática. Segundo ele, não dá mais para falar em mudança climática, pois a crise já está imposta. Ele usou dados do Banco Mundial e abriu sua fala lembrando que apenas 3% da água do planeta é doce e por isso a água é um recurso escasso. Desses 3%, 69% está nas geleiras, nas calotas polares que estão derretendo.

<https://www.frenteambientalista.com/post/grupo-de-trabalho-da-frente-parlamentar-ambientalista-realiza-semin%C3%A1rio-para-buscar-novas-pol%C3%ADticas>

## Congresso Nacional exhibe frases de apoio à proteção da Mata Atlântica



Imagens em apoio à proteção da Mata Atlântica foram projetadas nas torres do Congresso Nacional. O protesto foi uma iniciativa da Fundação SOS Mata Atlântica juntamente com Frente Parlamentar Ambientalista após o bioma enfrentar sérias ameaças com votação de derrubada de veto presidencial a dis-

positivos que ameaçavam flexibilizar a aplicação da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/06).

A Frente Parlamentar Ambientalista mobilizou membros da sociedade civil, organizações e seguidores para um Twittaço. Foi a segunda projeção no congresso Nacional após as ameaças ao bioma que que já teve mais de 75% do seu território devastado. Entre outros pontos, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e depois parcialmente vetado pelo presidente da República permitiria o desmatamento do bioma para implantação de linhas de transmissão de energia elétrica, de gasoduto ou de sistemas de abastecimento público de água sem necessidade de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) ou compensação de qualquer natureza.

<https://www.frenteambientalista.com/post/pr%C3%A9dio-do-congresso-nacional-exibe-frases-de-apoio-%C3%A0-prote%C3%A7%C3%A3o-da-mata-atl%C3%A2ntica>

# Audiência pública para instituir o Dia Nacional de Combate ao Racismo Ambiental



As deputadas Talíria Petrone (PSol-RJ) e Carol Dartora (PT-PR), coordenadoras dos Grupos de Trabalho de Racismo Ambiental e Clima da Frente Parlamentar

Mista Ambientalista, realizaram uma audiência pública nesta terça-feira, 14, para debater o Dia Nacional de Combate ao Racismo Ambiental, destacando o Projeto de Lei nº 2658/2023, iniciativa da Deputada Carol Dartora, que visa instituir esse dia no calendário.

O racismo ambiental emergiu como uma questão premente no Brasil, ganhando destaque nos últimos anos devido aos desastres ambientais e às mudanças climáticas aceleradas e é abordado como uma problemática que afeta principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas nas periferias, em áreas de risco, migrantes, e em situação de rua.

A audiência destacou a necessidade de reconhecimento dos impactos negativos do crescimento econômico sobre populações majoritariamente compostas por mulheres negras, indígenas, imigrantes, extrativistas, pescadores e trabalhadores pobres. A luta contra o racismo ambiental é apresentada como uma batalha pelos direitos humanos e ambientais, visando preservar o meio ambiente e evitar a marginalização de grupos já vulneráveis.

## Desafios e propostas do Brasil para a COP 28

Por iniciativa do GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e da Senadora Leila Barros (PDT/DF), o Senado realizou uma sessão de debates temáticos para discutir as contribuições do Brasil à Conferência do Clima da ONU (COP-28), que foi realizada em Dubai de 30 de novembro a 12 de dezembro. Durante a sessão, convidados, entre representantes do governo e profissionais especializados no tema, destacaram a crescente atuação do Congresso perante as questões climáticas.

A Sessão teve como finalidade reunir especialistas e representantes da sociedade para discutir propostas que visam subsidiar os participantes da próxima Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), que foi realizada entre 30 de novembro e 12 de dezembro em Dubai, nos Emirados Árabes.

Os tópicos abordados no evento incluíram: o Global Stocktake, que se trata da primeira avaliação global sobre como os países estão progredindo na implementação de suas metas de mitigação por meio do Acordo de Paris e deverá dar indícios das necessidades de maior ambição climática; a constituição do fundo de perdas e danos, cuja governan-

ça ainda não foi estabelecida e divide países em desenvolvimento e países desenvolvidos; a definição de uma nova meta de financiamento para ação climática nos países pobres, já que os US\$ 100 bilhões anuais prometidos pelos países desenvolvidos ainda não saíram do papel, e o avanço das discussões sobre transição energética justa, a necessidade de colocar um fim na queima de combustíveis fósseis e a conexão dos sistemas alimentares com a pauta climática.



# Pantanal



O Pantanal, a maior área alagável do planeta, enfrenta desafios significativos que demandam uma abordagem proativa e integrada para sua conservação. Nesse contexto, a atuação da Frente Parlamentar Ambientalista através da realização de audiências públicas, visitas técnicas, comunicação e incidência política representa um papel crucial na construção e acompanhamento de políticas públicas eficazes para o Bioma.

No entanto, atualmente, o Pantanal está fragilizado por diversos fatores, como as secas mais pronunciadas desde 2019, e por consequência a ameaça recorrente dos grandes incêndios florestais; a instalação de pequenas centrais hidrelétricas, a despeito das notas técnicas da Agência Nacional de águas e comitê de zonas úmidas; o estado de abandono das Unidades de Conservação, especialmente as estaduais; a colisão com animais em estradas, sem os devidos preventivos instalados; a carência de projetos de fortalecimento da Bioeconomia, reconhecendo as atividades de baixo impacto e os diversos potenciais da região e, mas recentemente, a ameaça crescente do desmatamento e novos usos do solo, como a implantação de lavouras de soja e florestas plantadas de eucalipto.

Atualmente temos em tramitação o Projeto de Lei (PL) 5482, conhecido como estatuto do Pantanal, proposto pelo Senador Wellington Fagundes, que não traz elementos significativos em termos de proteção ambiental aliada ao desenvolvimento socioeconômico e cria insegurança jurídica acerca da regulamentação das Leis estaduais para a planície criadas recentemente nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Refor-

çamos a importância do debate que inclua as comunidades tradicionais, incluindo os indígenas, ribeirinhos, assentados e os pantaneiros que praticam a pecuária extensiva há séculos na região, além dos representantes dos estados, que trabalharam com afinco na criação de políticas estaduais para esta finalidade.

Patrimônio Nacional segundo consta na própria Constituição Federal, e área de uso restrito, segundo o artigo 10 do código Florestal, o Pantanal há muito carecia de uma legislação federal adequada à sua realidade, trabalho que recentemente foi assumido e realizado pelos dois estados que contém o bioma em seus limites dentro do território brasileiro. O Mato Grosso revisou em 2022 sua legislação original, com data de 2008, e mais recentemente, o Mato Grosso do Sul, que abriga dois terços do bioma, sancionou sua primeira lei estadual. Entendemos que os textos são adequados, equilibrados e agora precisam de uma regulamentação detalhada e o crivo do controle social em sua aplicação.

Finalmente, destacamos a importância do trabalho realizado pela equipe da Frente Parlamentar, na figura da Lídia Parente, da liderança da Deputada Camila Jara na coordenação do Grupo de Trabalho Pantanal e da atenção do Deputado Nilto Tatto, coordenador da Frente Parlamentar, que deu total apoio e atenção à essa iniciativa, em diversas ocasiões. Também destacamos o papel fundamental do Ministério do Meio Ambiente, em especial do secretário André Lima e do Secretário João Paulo Capobianco ao acolherem as preocupações da sociedade civil e órgãos de classe acerca do aumento do desmatamento no bioma e por coordenarem a elaboração de uma resolução Conama para disciplinar as lacunas deixadas pela ausência de uma legislação, proposição esta que desencadeou um processo que culminou na criação da Lei Estadual do Pantanal do Mato Grosso do Sul.

Os pantaneiros, assim com o Pantanal, foram moldados por seus ciclos e extremos, pela água e pelo fogo, e ali desenvolveram seu modo de vida e cultura ímpares, marcados pelo equilíbrio entre a satisfação das necessidades humanas e a manutenção dos ambientes naturais. Em 2024, valendo-nos do novo arcabouço jurídico criado nos estados e da iminente elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento do Pantanal no Âmbito do governo Federal, devemos mostrar ao Congresso, ao Executivo e à representação de diversos países que o Pantanal precisa de investimentos que garantam a sua conservação, valorizando suas tradições, mas mirando no futuro.

**Leonardo Gomes**  
Diretor Executivo  
SOS Pantanal

# Café da manhã de Lançamento da Exposição Pantanal: Herança e Legado



## Exposição "Pantanal: Herança e Legado"

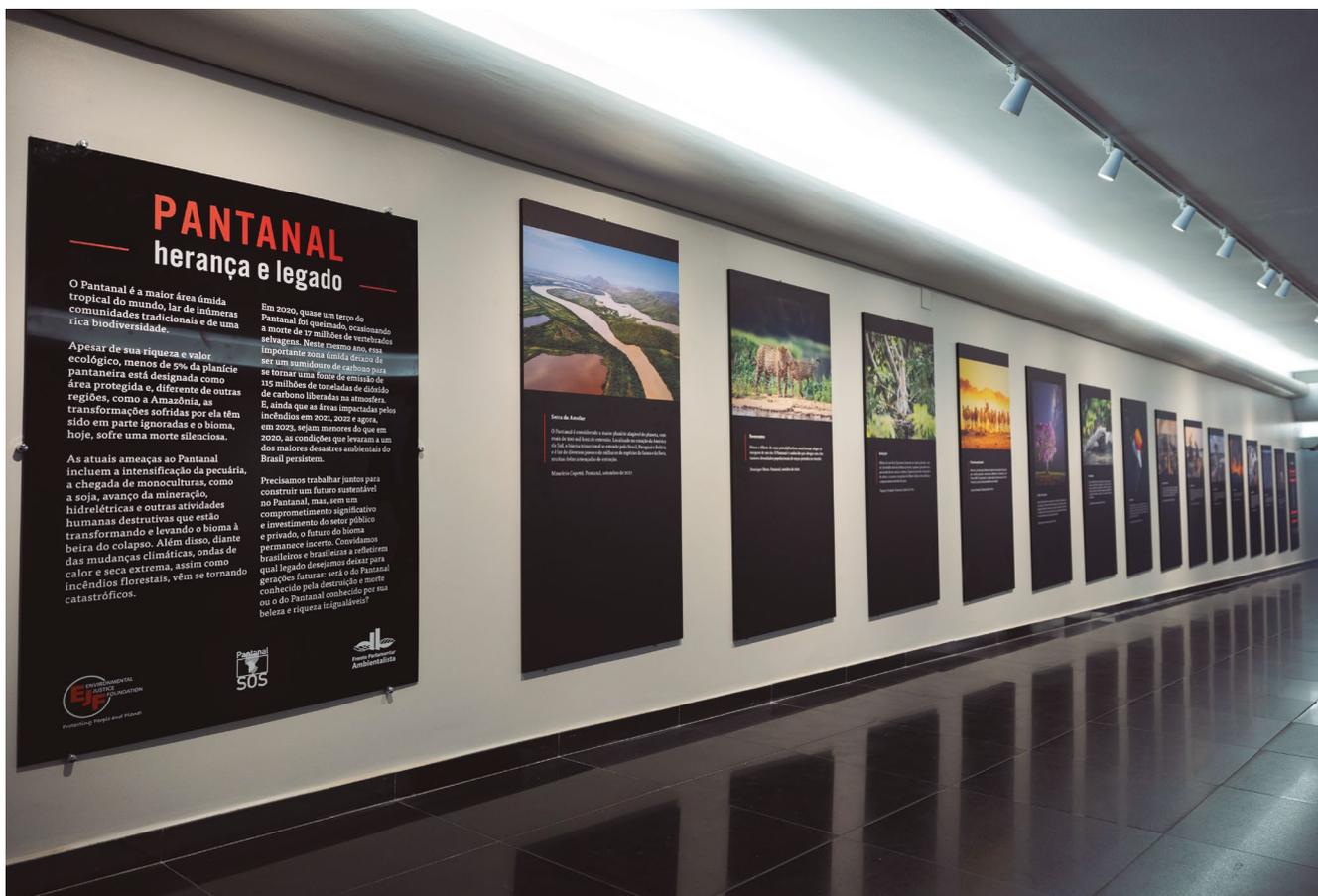
Aberta para visitação do dia 28/11 ao dia 14/12, no Corredor do Anexo I, Câmara dos Deputados



A "Exposição Pantanal" foi uma iniciativa conjunta da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, Environmental Justice Foundation (EJF) e o Instituto SOS Pantanal. A mostra destacou registros fotográficos do Pantanal, expondo sua beleza natural e os impactos da degradação ambiental na região. O evento de abertura foi marcado por um café da manhã vegano, reunindo especialistas para compartilhar suas perspectivas sobre o Pantanal.

"Esse ano, estamos assistindo a cenas que esperávamos não assistir novamente, não depois de tão pouco tempo do bioma ter sido severamente afetado pelos incêndios de 2020, e também de 2021. É necessário investir em prevenção, logística, integração entre os governos estaduais e federal, e, sobretudo, em manejo integrado do fogo e em soluções locais para adaptação às mudanças climáticas", destacou Leonardo Gomes, Diretor Executivo do Instituto SOS Pantanal.

Ao todo, a exposição reuniu registros de 12 fotógrafos de diferentes partes do país: Edson Vandeira; Ernane Lacerda; Gustavo Figueirôa; Heideger Nascimento; Henrique Olsen; João Marcos Rosa; Larissa Pantanal; Lalo de Almeida; Luciano Candisani; Maurício Copetti; Thamys Trindade; e Ueslei Marcelino.



# Lançamento da "bancada do planeta" na COP 28

Iniciativa da deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG), a nova Bancada Internacional pelo Planeta é uma rede de parlamentares de diversas partes do mundo que defendem pautas socioambientais e se unem agora para elaborar ações afirmativas para florestas e biomas, além de combater os impactos da crise climática.

Essa mobilização apresenta os planos das frentes parlamentares mistas em defesa dos direitos indígenas do Brasil, coordenada pela deputada Célia Xakriabá,



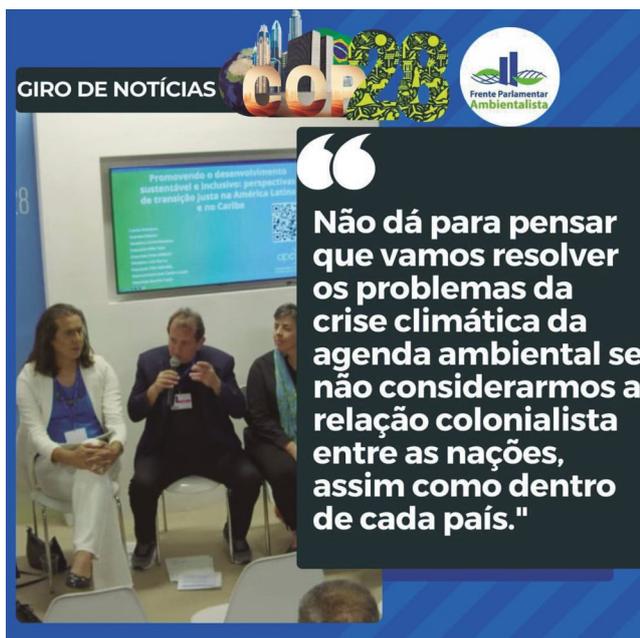
e a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, coordenada pelo deputado Nilto Tatto (PT-SP).

O intuito é fazer um apelo global para a preservação ambiental e mobilizar o mundo para a proteção das florestas e de seus povos, reconhecendo a importância vital desse ecossistema. Também visa fortalecer políticas de proteção ao clima nos parlamentos mundiais para garantir avanços em pautas relacionadas à proteção da biodiversidade, bem como à inclusão dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no debate.

O lançamento ocorreu na COP 28 - Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU, em Dubai, com a adesão de 24 membros, sendo quatro estrangeiros. A meta é atingir 200 membros até a COP 30, que será realizada em 2025 no Brasil.

"Este é um chamado, um convite para cuidar não só da Amazônia, mas de toda a biodiversidade existente na Terra. Queremos reunir parlamentares comprometidos com o planeta e chegar à Conferência de Belém com força", declarou Célia.

## Frente ambientalista participa de debate do Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC)



O coordenador da frente ambientalista, deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), discursou sobre a urgência de abordar a crise climática. O evento aconteceu no pavilhão dos parlamentares da COP 28, no Observatório Parlamentar de Mudanças Climáticas e Transição Justa (OPCC). Ele ressaltou a importância de uma visão holística na agenda ambiental, estabelecendo um diálogo para encontrar soluções efetivas diante dessa crise global.

O deputado, juntamente com outras deputadas membros da Frente Ambientalista, como a Deputada Federal Duda Salabert (PDT-MG), e a deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), é representante do Brasil nesse espaço composto por líderes parlamentares de vários países da América Latina e do Caribe, cujo principal objetivo é construir uma agenda para fortalecer a ação climática e promover a transição justa na região.

# Giro de Notícias COP28



Durante o evento, o Diretor Executivo da Fundação SOS Mata Atlântica, Luís Fernando Guedes apresentou dados referentes ao desflorestamento na Mata Atlântica. O diretor apresentou os dados do monitoramento dos remanescentes florestais do bioma mais ameaçado do Brasil. E destacou que, para cumprir o Código Florestal, precisamos restaurar pelo menos 2,7 milhões de hectares no país e que ainda estamos longe disso.



O deputado federal Bandeira de Mello (PSB-RJ) mandou seu recado diretamente da COP28. "O Brasil precisa reduzir suas emissões, principalmente onde somos mais culpados: no desmatamento e na agropecuária."



O deputado Airton Faleiro (PT-PA), destacou durante sua participação na COP 28, a importância de questões globais, como a redução de emissões e o desenvolvimento de uma matriz energética alternativa. O deputado apontou a preocupação com o projeto de lei sobre o sequestro de carbono, questionando o papel do Estado na regulamentação para proteger os interesses das comunidades vulneráveis diante de negociações envolvendo capitalizados.



O Secretário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial, André Lima, mencionou durante a COP 28, a importância das negociações internacionais sobre redução de emissões de carbono, destacando debates sobre desmatamento e degradação florestal. Ele ressaltou a relevância de discutir questões normativas internacionais e seu impacto no Brasil, mencionando a participação de parlamentares brasileiros e a relação desses debates com a atuação do governo brasileiro.



A Deputada Federal Duda Salabert (PDT-MG), coordenadora do GT de Água da Frente Parlamentar Ambientalista, ressaltou a necessidade de incluir a participação popular e formas tradicionais de conhecimento na discussão, destacando a relevância da água como elemento fundamental diante da crise hídrica e climática. "Estamos aqui na COP discutindo questões importantes, ligadas à transição energética. Já participamos de 3 mesas e em todas colocamos como debate central o que estamos discutindo na frente ambiental, que é justamente a preservação das águas dos nossos aquíferos."



Malu Ribeiro, Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, destacou durante sua participação na COP 28, os esforços conjuntos com senadores e deputados na busca por leis que defendam a floresta, políticas públicas participativas, transparência, orçamento e ações comprometidas com as demandas das mudanças climáticas.

"A Frente Parlamentar Ambientalista trouxe várias propostas. Além da resistência que temos feito no Brasil, agora contamos com todos esses deputados, deputadas, senadores e senadoras para garantir a manutenção do veto 13 no Brasil."

# Em 2023, o Observatório do Código Florestal (OCF) completou uma década de atuação em prol da Lei de Proteção da Vegetação Nativa do Brasil

Em trabalho ativo e colaborativo junto a todos os setores da sociedade e aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o OCF atua para que o Código Florestal avance, seja cumprido e o verde do Brasil seja protegido.

Em um esforço com a Frente Parlamentar Ambientalista, o OCF monitora as movimentações que alteram a proteção florestal no Congresso Nacional e mobiliza a sociedade. Coleciona, nos últimos dez anos, ações, análises e campanhas para impulsionar o cumprimento da Lei e barrar Projetos de Lei, Medidas Provisórias e outras proposições legislativas com retrocessos ao pactuado na legislação.

O ano de 2023 está repleto de exemplos disso. No início do ano, o observatório atuou contra uma medida provisória (MP) que adiou, mais uma vez, a implementação do Código Florestal por meio da prorrogação do prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), ferramenta essencial para aplicação da lei, mas que poderia ter ido muito além disso para a fragilização da Lei, caso a mobilização social não acontecesse.

Também se mobilizou, com apoio a atos cívicos nas ruas, contra a MP de reestruturação de ministérios que "esvaziou" atribuições dos ministérios do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e dos Povos Indígenas (MMA e MPI, respectivamente); fez coro a favor de uma presidência ambientalista na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADs) na Câmara e se posicionou em prol de outras medidas que ameaçam a proteção florestal, como os vetos aos "jabutis" que afrouxaram a Lei da Mata Atlântica.

De forma paralela e complementar, o Observatório seguiu trabalhando em ações capazes de potencializar o cumprimento da lei.

Gerou informações e dados para subsidiar ações no âmbito executivo, como a nota técnica de recomendações ao MMA e ao Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) para gestão de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em outubro de 2023, e a entrega de recomendações ao MMA para a efetiva implementação da lei, ocorrida em março.

Compareceu, ainda, durante todo o ano, em reuniões com parlamentares e representantes de governo nacionais e subnacionais para debater desafios e soluções para implementação da legislação.

Esse trabalho sistemático, após dez anos, ganha importância ainda maior com a não tão nova, mas cada dia mais urgente necessidade de proteção às florestas e à biodiversidade no combate à crise climática, que deve esse ano ser debatida, mais uma vez, na COP-28, onde o observatório também marcará presença.

A boa notícia da queda na taxa do desmatamento na Amazônia em 2023, aliada ao aumento do desmatamento no Cerrado, nos alerta para a possibilidade de um "efeito rebote" no Congresso em forma de medidas e projetos prejudiciais ao meio ambiente, como aconteceu à época da última edição do Código Florestal.

Nesse contexto, comemoramos uma década de atuação com a certeza de que nos próximos continuaremos fazendo campanhas, análises e ações em prol das florestas brasileiras do jeito que iniciamos: com união e diversidade de ideias para a construção de conhecimentos que sejam apropriados e utilizados em prol de um Brasil próspero, produtivo e desenvolvido.

## **Roberta del Giudice**

Secretária Executiva

Observatório do Código Florestal

Advogada Ambientalista



# Em permanente defesa da Mata Atlântica

O ano de 2023 foi de resistência e reconstrução. O que exigiu da sociedade civil um grande esforço de mobilização em defesa da legislação socioambiental brasileira e da Lei da Mata Atlântica para enfrentar os sucessivos ataques à proteção do bioma que é a casa de mais de 70% da população do país. Diversos projetos de Lei voltados a afrouxar as regras de proteção da floresta e das matas nativas ainda tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em que pese a urgente necessidade de o Brasil reafirmar os compromissos com a agenda ambiental e climática e, dessa forma, retomar o desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo, ainda persistem em alguns setores representados no Congresso Nacional posições retrogradadas.

A maior ameaça veio por meio de emendas incluídas na Medida Provisória 1150/2022 – herança do governo passado, que originalmente alterava a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Código Florestal) nos prazos do PRA (Programas de Regularização Ambiental). Aprovada na Câmara dos Deputados, com “jabutis” – emendas alheias ao objetivo do texto original e que flexibilizaram a Lei da Mata Atlântica para permitir desmatamentos em florestas primárias, foi convertida em Lei, com vetos, voltados a garantir a integridade da Lei do bioma.

Desde 1988, quando a Mata Atlântica foi declarada Patrimônio Nacional, governos e sociedade civil se tornaram responsáveis por proteger o bioma mais ameaçado do país. A Constituição Federal determinou que a utilização dos patrimônios nacionais deve ser feita na “forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. Iniciou-se, então, uma grande mobilização para que o país tivesse uma lei especial para a Mata Atlântica. Aprovada em 2006, a Lei 11.428 dispõe sobre a utilização

e a exploração sustentável do bioma.

Reconhecendo a importância de garantir a proteção da Mata Atlântica, o Senado reagiu em defesa do bioma, contra os “jabutis”. As senadoras Eliziane Gama (PSD MA), coordenadora da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, Mara Gabrielli (PSD -SP) e o senador Hamilton Mourão (Republicanos RS) protocolaram pedidos para que o presidente Rodrigo Pacheco, retirasse os jabutis da propositura. O relator da MP 1150, senador Efraim Filho (União – PB) foi enfático na defesa da Mata Atlântica. Em plenário vários senadores como Otto Alencar (PSD – BA) e Omar Azis (PSD – AM) destacaram a importância da Mata Atlântica e repudiaram os jabutis que foram impugnados, de forma unânime. Porém, a Câmara dos Deputados não acolheu a posição do Senado e manteve o texto com os graves retrocessos que afetariam drasticamente a proteção do bioma e as metas de restauração florestal do Brasil.

Em 05 de junho, dia internacional do meio ambiente, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva vetou os artigos que poderiam levar ao aumento do desmatamento na Mata Atlântica. Além de ser patrimônio nacional, a Mata Atlântica presta serviços ambientais essenciais como a regulação climática, a conservação e disponibilidade de água, a contenção de encostas, a qualidade do ar, a produção de alimentos e contribui para atividades econômicas que representam 80% do PIB do país.

Praticamente no final do ano legislativo o Congresso Nacional manteve os vetos do Presidente à MP 1150/2022 convertida em Lei e garantiu a integridade da Lei da Mata Atlântica. A manutenção dos vetos exigiu o empenho de líderes do Congresso como o deputado Elvino Bohn Gass (PT-RS) e o apoio do Senado. As organizações civis e movimentos sociais se engajaram e permaneceram em articulação na Câmara dos Deputados e no Senado, em diálogos, audiências públicas, nas Comissões Permanentes, em atos cívicos em defesa da Mata Atlântica e dos direitos civis.

Essa mobilização em defesa da Mata Atlântica conta com apoio fundamental da plataforma Semente, uma iniciativa do Ministério Público de Minas Gerais e do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente (CAOMA - MG). Ainda com apoio da Open Society Foundations, uma rede internacional de filantropia que apoia grupos da sociedade civil em todo o mundo, com o objetivo de promover a justiça e o crescimento de democracias inclusivas e vibrantes, pudemos levar vozes da Mata Atlântica para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), em Dubai.

A Fundação SOS Mata Atlântica participou na COP28 de debates e eventos ressaltando a importância da restauração florestal, do desmatamento zero e da recupe-



ração do bioma para o enfrentamento da crise do clima. A Conferência traz avanços importantes, mas aquém do necessário para a garantia de um futuro climático seguro. “A conclusão mais importante é que permanece o compromisso dos países em limitar suas emissões de gases de efeito estufa para chegar a um aquecimento do planeta de apenas 1,5°C”, destaca Luis Fernando Guedes Pinto, diretor executivo da SOS Mata Atlântica.

A eliminação dos combustíveis fósseis foi um tema central na COP28. O texto final, assinado por quase 200 países que participam da Convenção-Quadro do Clima da ONU, ainda não é firme o suficiente para garantir isso no prazo necessário, mas coloca a questão no centro da agenda internacional. O Brasil esteve presente com a segunda maior delegação e reassumiu uma posição democrática em defesa do clima, garantindo o credenciamento de organizações da sociedade civil e espaço para os eventos, diálogos e debates. Um dos pontos altos foi a criação do fundo climático de perdas e danos. “Os recursos ainda são tímidos, mas é um marco para os países que já estão sofrendo ou vão sofrer com as mudanças climáticas. Outra discussão que ganhou protagonismo foram os sistemas alimentares resilientes, na qual o Brasil pode ter grande liderança”, completa Luis Fernando Guedes.

Participamos da COP28 também com boas notícias em relação a queda de 59% no desmatamento na Mata Atlântica, no período de janeiro a agosto de 2023, segundo dados do boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica, elabora-

do pela ArcPlan, MapBiomas e SOS Mata Atlântica. Mas, para que possamos voltar a olhar para frente, para construção de um futuro verde e azul para o Brasil, deixando no passado os ataques à legislação ambiental, à Democracia e às organizações civis, ainda temos projetos de lei de grande impacto em tramitação no Congresso Nacional e que dependem do diálogo entre sociedade, bancadas partidárias e Governo.

A Lei Geral do Licenciamento Ambiental, a Proposta de Emenda à Constituição que inclui o acesso à água limpa dentre os direitos fundamentais dos brasileiros e brasileiras, o chamado PL do Mar que cria a Política Nacional para Conservação e Uso Sustentável do Bioma Marinho, o PL das RPPN que trata da criação, gestão e manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural são as proposições que podem mudar a posição da sociedade junto ao Congresso Nacional, saindo da resistência para a reconstrução.

Com o apoio da Frente Parlamentar Mista Ambientalista e de parlamentares conscientes da importância da agenda socioambiental, esses projetos de lei podem deixar de representar ameaças e trazer avanços muito significativos. Um Congresso Nacional mais verde e pacificado é fundamental para recolocar o Brasil nos rumos do desenvolvimento sustentável.

### **Malu Ribeiro**

Diretora de Políticas Públicas Fundação  
SOS Mata Atlântica

## **Vitória da Mata Atlântica**

Depois de um ano intenso de articulação junto ao Senado, Câmara dos Deputados e Governo Federal, os jabutis que vieram da Medida Provisória 1150 foram derrubados e os vetos do presidente foram mantidos no Congresso Nacional.

Os esforços conjuntos possibilitam garantir a preservação da Lei da Mata Atlântica, que protege o bioma que é a casa de mais de 70% da população do país. Uma conquista de toda a sociedade brasileira.

O Congresso Nacional manteve o veto parcial (VETO 13/2023) aplicado à Lei 14.595, de 2023, que trata do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Os parlamentares cumpriram acordo feito com o governo de respeitar o veto a trechos do projeto de lei de con-

versão que alteravam a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428, de 2006) para prever hipóteses de desmatamento sem medidas de compensação. Essa norma se originou da Medida Provisória (MP) 1.150/2022.

Na Câmara dos Deputados, a medida provisória havia recebido diversas emendas que não só alteravam o Código Florestal, mas também a Lei da Mata Atlântica. As inclusões permitiam o desmatamento em caso de implantação de linhas de transmissão de energia elétrica ou gasoduto, por exemplo, sem necessidade de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) ou compensação de qualquer natureza. Essas mudanças na Lei da Mata Atlântica foram vetadas e, os vetos, mantidos.

# A agenda do Congresso e a urgência para um futuro climático seguro



O ano de 2023 trouxe evidências claras da necessidade urgente de reduzir as emissões de gases, se adaptar às mudanças climáticas e tomar medidas para mitigá-las. O país foi afetado por eventos climáticos extremos em todo o território. No sul e sudeste, enfrentamos ondas de calor, no sul, um ciclone, na Amazônia, uma seca, e no nordeste, fortes chuvas. Esses eventos resultaram em perdas humanas, danos materiais e impactos significativos na economia, especialmente no setor agrícola, que depende da regularidade das chuvas.

O senso de urgência, no entanto, ainda não chegou aos plenários do Congresso Nacional. A insistência em temas retrógrados e danosos ao meio ambiente e povos originários permeia várias iniciativas legislativas. Embora tenha havido avanço no Executivo, o Legislativo infelizmente continua sendo guiado, em votações cruciais, por setores políticos que ainda vêm na proteção do meio ambiente um entrave a seus negócios e não uma condição para que eles possam ser sustentáveis no tempo. No Congresso, temos testemunhado um enfraquecimento da legislação ambiental, o desmantelamento de políticas socioambientais, tentativas de flexibilizar o Código Florestal e desfigurar a Lei da Mata Atlântica, a fragilização de salvaguardas ambientais, a revogação de direitos indígenas e a promoção de práticas de grilagem de terras públicas por meio de medidas provisórias (MPs) e projetos de lei (PLs).

Essas ações têm resultado em debates intensos e acalorados na arena política. Além disso, é importante destacar que o desmatamento representa a principal fonte de gases de efeito estufa no Brasil, sendo responsável por cerca de 49% das emissões do país. Isso vai na contramão dos compromissos nacionais e internacionais assumidos, uma vez que tornará impossível cumprir a promessa pública do Presidente Lula de acabar com o desmatamento no país até 2030.

O WWF-Brasil, ao lado de outras organizações da sociedade civil, trabalhou intensamente para barrar retrocessos e avançar na agenda do desenvolvimento sustentável, da conservação ambiental e dos direitos humanos. Trazendo em sua agenda, temas prioritários como o combate ao desmatamento e grilagem de terras, valorização dos

povos indígenas e tradicionais, eliminação dos combustíveis fósseis e fomento a uma economia de baixo carbono, a instituição acompanhou e se posicionou contrariamente a retrocessos legislativos graves como o PL 510/21 (PL da grilagem), MP 1150 (desfiguração da lei da Mata Atlântica) e PL 2903/23 (que retira a proteção de terras indígenas).

Nem todas as batalhas foram vencidas, mas revelaram um cenário preocupante para um futuro ambiental sustentável possível. A conjuntura mostra-se desafiadora com a união de grupos que vêm a pauta ambiental por um viés negativo, associando a grupos de esquerda e ao atraso do país. Por isso, agora, mais que antes, é urgente a formação educacional para a escolha das representações no legislativo. A interlocução com a sociedade civil pode ser um fator determinante para os próximos anos. Tanto para uma educação mais consciente nas escolhas de voto quanto para o engajamento nas ações prioritárias, de interesse de todos, como é a questão climática.

Acreditamos ser possível avançar na retomada e aprimoramento de políticas públicas abandonadas ou destruídas pela legislação anterior, tais como - fiscalização ambiental, ordenamento fundiário, gestão sustentável de terras indígenas, promoção da economia da floresta, criação e gestão de áreas protegidas, mas um tema urgente para a realidade climática como a aprovação de novas regras que promovam a rápida redução do desmatamento e das emissões de GEE oriundas de outras fontes, pode ser algo que demande mais empenho e negociações.

É evidente o descompasso entre as necessidades da sociedade e a pauta do Congresso. As questões ambientais não são demandas de um grupo específico ou um assunto internacional, abstrato, mas uma realidade que se impõe de forma devastadora, impactando os grupos mais pobres, mas também grupos relevantes para a economia do país, como o agro, que define a balança comercial do Brasil.

Ter um clima estável, seguro deveria estar na urgência do momento. O mundo depende disso, mas também nós, que já sofremos os impactos da crise climática.

## **Clarissa Presotti**

Especialista de políticas públicas

## **Sobre o WWF Brasil**

O WWF-Brasil é uma ONG brasileira que há 27 anos atua coletivamente com parceiros da sociedade civil, academia, governos e empresas em todo país para combater a degradação socioambiental e defender a vida das pessoas e da natureza. Estamos conectados numa rede interdependente que busca soluções urgentes para a emergência climática.

# A importância de um GT de Juventudes no Congresso Nacional

A pluralidade de juventudes no Brasil constitui uma riqueza inestimável, refletindo a diversidade étnica, cultural, social e econômica do país. Esta multiplicidade de experiências e perspectivas é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas abrangentes e inclusivas. Dentro das diversidades em que o país se constitui, as múltiplas visões das juventudes urbanas, rurais, quilombolas, ribeirinhas, tradicionais, periféricas, dentre outras garante uma construção mais inclusiva em projetos de lei e políticas que afetem diretamente o público jovem dentro do país. No âmbito legislativo, a presença ativa e participativa dos jovens é crucial para assegurar que as leis representem verdadeiramente a complexidade da sociedade brasileira.

No cenário político, a incidência legislativa por parte da juventude é uma ferramenta poderosa para a construção de um país mais justo e sustentável. A participação ativa dos jovens no processo legislativo não apenas fortalece a democracia, mas também contribui para a formulação de leis que consideram as necessidades e aspirações das futuras gerações. A pressão direta que a juventude pode vir a exercer sobre as questões no que tange os retrocessos da política ambiental, como o Marco Temporal, é um esforço vital para a cobrança de um Congresso Nacional cada vez mais retrógrado e conservador.

No contexto específico da Frente Parlamentar Ambientalista, a presença e atuação dos jovens são ainda mais cruciais. O desafio ambiental que o Brasil e o mundo enfrentam exige uma abordagem integrada e inovadora. As juventudes trazem consigo uma consciência aguçada sobre as questões climáticas e ambientais, bem como um senso de urgência para a implementação de políticas que promovam a sustentabilidade.

O Grupo de Trabalho de Juventudes da Frente Parlamentar Ambientalista surge como uma iniciativa estratégica para canalizar a energia e as ideias inovadoras das juventudes em prol de uma política ambiental e climática mais eficaz. Este grupo deve operar de forma interseccional, reconhecendo e abraçando a diversidade de experiências e perspectivas dentro das juventudes brasileira. A interseccionalidade é funda-

mental para garantir que as políticas propostas considerem as diferentes realidades enfrentadas pelos jovens em todo o país.

O Grupo de Trabalho de Juventudes da Frente Parlamentar Ambientalista pode atuar como um espaço de diálogo e colaboração entre jovens de diferentes origens, movimentos e organizações. Essa colaboração é essencial para a construção de propostas legislativas sólidas e eficazes, que abordem de maneira holística as questões ambientais e climáticas. Além disso, a presença ativa dos jovens nesse grupo de trabalho pode inspirar e motivar outras gerações a se envolverem na defesa do meio ambiente.

Ao garantir a representatividade da juventude na formulação de políticas ambientais e climáticas, o Congresso Nacional estará investindo no futuro sustentável do país. A atuação desse grupo de trabalho não apenas enriquecerá o debate legislativo, mas também assegurará que as decisões tomadas hoje considerem as perspectivas das futuras gerações. Dessa forma, o Brasil estará mais bem equipado para enfrentar os desafios ambientais e climáticos, promovendo um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

## **Gabriel Adami**

Assessor Técnico Legislativo Junior



# 16 Anos de Compromisso Ambiental: Um Legado e um Futuro Sustentável

Desde 2007, minha jornada com a Frente Parlamentar Ambientalista tem sido marcada por um compromisso inabalável com a proteção do meio ambiente e a promoção de políticas socioambientais. Ao assumir a Frente, uma das minhas principais missões foi aproximar a sociedade civil do Parlamento, uma tarefa essencial para construir uma base sólida de apoio às questões ambientais.

Recebi o convite para fazer parte da equipe da Fundação SOS Mata Atlântica em 2007, e desde então, a parceria com a Fundação tem sido fundamental para o sucesso da Frente Parlamentar Ambientalista. Ao longo dos anos, enfrentamos desafios e momentos com pouco apoio financeiro, mas com uma crença firme na causa, persistimos com a colaboração de muitos que compartilham a mesma visão.

Particpei de momentos cruciais na pauta legislativa, celebrando vitórias como a aprovação da Lei da Mata Atlântica, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Pagamentos por Serviços Ambientais, entre outros. Atualmente, como Secretária Executiva da Frente, lidero 12 grupos de trabalho em parceria com o gabinete do coordenador Dep. Nilto Tatto, tocando a Frente com o apoio vital da sociedade civil e demais membros.

À medida que nos aproximamos de 2024, as reflexões sobre os 16 anos de existência da Frente Parlamentar Ambientalista ressaltam a importância de fortalecer a parceria entre a sociedade civil e o parlamento. Em um contexto de constantes ataques à legislação ambiental, percebe-se a necessidade vital de estruturar a fomentação de aprovações de políticas socioambientais.

Nesse contexto, a parceria com o Legisla Brasil surge como um divisor de águas em nossos esforços. Em 2023, em colaboração com a Legisla Brasil, realizamos um planejamento estratégico para intervenção as pautas ambientais no Congresso Nacional. Financiado pela Open Society, o projeto "GAIA" (Gabinetes Antirracistas e de Impacto Ambiental) tornou-se uma ferramenta valiosa para nossos objetivos.

O projeto GAIA não apenas convida a Frente Parlamentar Ambientalista para planejar e organizar suas ações, mas também promove uma abordagem estratégica para intervenção como diretrizes antirracistas e de impacto ambiental. Uma análise de planejamento estratégico em



Brasília marcou o início desse projeto, abordando desde o levantamento de oportunidades até a implementação de rotinas de reuniões e métodos de acompanhamento.

Esta parceria com a Legisla Brasil é um passo significativo na direção de uma abordagem mais abrangente e estratégica. Enxergamos não apenas a continuidade, mas um salto qualitativo em nossos esforços. Juntos, transcendemos fronteiras partidárias e ideológicas em prol de um futuro mais sustentável.

A Frente Parlamentar Ambientalista, em parceria com a Legisla Brasil, está preparada para enfrentar os desafios e construir um legado ainda mais impactante nos anos que se seguem. Acreditamos que, unindo forças, não podemos apenas manter, mas também fortalecer nosso compromisso com a justiça climática e a preservação ambiental.

Que os próximos anos sejam marcados por conquistas significativas e pela construção conjunta de um Brasil mais sustentável para as gerações futuras. O compromisso persiste, e o futuro promete ser ainda mais verde e promissor.

## **Lídia Parente Bucar**

Secretária Executiva da Frente Parlamentar Ambientalista Mista

# Programa de Voluntariado da Frente Parlamentar Ambientalista em parceria com a Legisla Brasil

Desde o dia 27 de novembro, foram iniciadas as atividades do Programa de Voluntariado de Aceleradores Legisla Brasil na Frente Parlamentar Ambientalista (FPAmb). Este ano, a FPAMB, em colaboração com a Legisla Brasil, estabeleceu um planejamento estratégico para impulsionar as pautas ambientais no Congresso Nacional. Essa ação faz é um braço do projeto "G.A.I.A." (Gabinetes Antirracistas e de Impacto Ambiental) da Legisla Brasil que abraça a agenda de promoção da justiça climática e da igualdade racial.

Para garantir o sucesso do programa de voluntariado, as responsabilidades foram distribuídas entre a Legisla e a FPAMB. A Legisla será responsável pela gestão do contrato e do trabalho dos voluntários, garantindo

seus direitos. Além disso, oferecerá mentoria semanal individual, feedback mensal individual e em grupo, apoio em conflitos ou dificuldades, e capacitações para impulsionar a trajetória política de cada voluntário.

Já a FPAMB terá a responsabilidade de apoiar na formação técnica dos voluntários na área em que atuam, fornecer mentoria semanal individual, ser ponte entre lideranças do Congresso e da Frente Ambientalista, delegar responsabilidades e apresentar as rotinas da Casa Legislativa e da Frente Ambientalista em que o voluntário se dedicará. Mentorias serão parte integrante do programa. Esse momento será dedicado à construção coletiva com a troca de reflexões entre mentor e mentorado.



**Igor Castro**  
Voluntário da comunicação



**Márcio Araújo Sousa**  
Voluntário no Apoio da Secretaria Executiva



**Rodrigo Marcelino**  
Voluntário Assessor Legislativo



**Wallace Victor Bastos Barbosa**  
Voluntário Assessor Legislativo

## Grupo de Trabalho para proteção da Fauna



Em um esforço conjunto para fortalecer a defesa da fauna brasileira, o Grupo de Trabalho de Proteção à Fauna da Frente Ambientalista anunciou oficialmente como coordenador, o deputado federal Matheus Laiola (UNIÃO-PR) para liderar as iniciativas no Congresso Nacional.

A proteção animal e a defesa do meio ambiente são os pilares do mandato do deputado Matheus Laiola (União/PR). O parlamentar defende regras mais rígidas para o crime de maus tratos de animais.

O Grupo de Trabalho tem como objetivo principal impulsionar políticas e ações legislativas que visem à preservação da rica biodiversidade brasileira, bem como à proteção das espécies que compartilham o território nacional.

A criação do GT marca o compromisso em enfrentar desafios e apoiar legislações que promovam a preservação da fauna.

# Podcasts



15/05/23

[https://youtu.be/dc39gDGG\\_vl?si=XYHI44w0qJgJPQSo](https://youtu.be/dc39gDGG_vl?si=XYHI44w0qJgJPQSo)



05/09/23

<https://www.youtube.com/watch?v=SdNNvKx14Vo>



18/09/23

<https://www.youtube.com/watch?v=Qb7Y1FpBw8U>



22/09/23

<https://www.youtube.com/watch?v=xbliHzi2alg>



28/08/23

<https://youtu.be/DJ22fb9dpig?si=wpXdWL65IMc2QVif>



29/09/23

<https://youtu.be/3MOOKyY5HRE?si=caqG5r8mJgfyZAG7>



24/09/23

<https://www.youtube.com/watch?v=b39CnkuoA3E>

# Pautas Prioritárias GTS

Durante os meses de julho a agosto, a Legisla Brasil se reuniu com todos os Grupos de Trabalho, os GTs, que fazem parte da Frente Parlamentar Ambientalista.

Nestes encontros, foram convidados os principais atores do GTs (assessoria e representantes da sociedade civil). Foi por meio dessas conversas que foram decididas as prioridades de cada GT para este quadrimestre (setembro a dezembro de 2023).



## GT Água

Deputada Federal Duda Salabert (PDT - MG)

- Obstrução ao PL 4546/2021 (Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos);
- Fortalecimento da Política Nacional de Recursos Hídricos (sensibilização dos atores políticos - Congresso Nacional) - Gestão Participativa, via comitês de Bacias. Acompanhamento nos estados/bases eleitorais. Proposta: Dia nacional em defesa da Pol. Nac. de Rec. Hídricos;
- Seminário das outorgas - Necessidade de envolvimento da Frente Parlamentar Ambientalista;
- PEC 06/2021; Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais;
- Criação do dia nacional da PNRH; e
- Obstrução do PL 2918/2021, que altera a CFURH Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos (Barragens, ANA).



## GT de Educação Ambiental

Deputado Federal Chico Alencar (PSOL - RJ)

- Interlocução com o GT Clima - Ações Conjuntas;
- Educação Ambiental Não-Formal (unidades de conservação, vivência na natureza como educação na prática/não formal). Populações Tradicionais. Debate do Bem-viver;
- Como trabalhar com as comunidades tradicionais e unidades de conservação: desenvolvimento de propostas (ecoturismo?);
- PEC que altera o art. 225 da CRFB (recorte econômico que impacta o meio ambiente). "Ouro Verde" (Retirar as despesas da pauta ambiental do teto de gastos.



## GT Cerrado

Deputada Federal Dandara (PT - MG)

- Proposta de instituir o bioma no patamar de patrimônio ambiental do povo brasileiro, nos moldes do bioma Amazônico e da Mata Atlântica | PEC 115/1995; Modifica o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, incluindo o Cerrado na relação dos biomas considerados patrimônio nacional;
- Assegurar os territórios/preservação dos espaços do cerrado nativo e coibir as ocupações irregulares | PL 338/19 e PL 5462 (esse em tramitação no senado);
- Regramento que respeite os modos de vida das comunidades inseridas no bioma Cerrado e dependem diretamente dele. Por meio de debates, audiências públicas, dentre outros;
- PL 4367/2023 - Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para majorar a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) do Lítio e autoriza a União a instituir o Fundo Social do Lítio | autoria da Deputada Dandara;
- PEC 504 que atinge Cerrado e Caatinga está próxima de ser votada;
- PL 4741/2019 - Estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;
- Criação de uma estratégia de fortalecimento internacional da agenda em defesa do Cerrado visando a COP 3; e
- Projeto de Lei nº 880, de 2021 - Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências.



## GT Clima

Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL - RJ)

- Protagonismo da FPAMB na COP 28 - Agenda positiva;
- Articulação pela nova NDC;
- Relatoria positiva no Senado para aprovação do PL 4129/2021 - Estabelece diretrizes para a formulação do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de adaptação às mudanças climáticas;
- Incidência perante o PPA para inclusão de orçamento para prevenção de desastres;

- Articulação para debater Global Stocktake;
- PL 380/2023 - Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para criar diretrizes que fomentem a construção de cidades resilientes às mudanças climáticas.



### GT Fauna

Deputado Federal Matheus Laiola (UNIÃO - PR)

- Aprovação do projeto de lei pela proibição dos testes em animais para cosméticos;
- A inclusão da agropecuária pelo governo brasileiro (ração animal) nas ementas do compromisso de redução da emissão de gases efeito estufa (COP 28);
- Aprovação do PL de proibição de alimentação forçada em animais (PL 9020/20) já passou pelo Senado, e por Comissões;
- Avançar com a agenda de exportação de animais vivos (2 PLs que tão tramitando, um na Câmara e outro no Senado) / Câmara: PL 3316/21; Altera o art. 28-A da Lei n. 8.171 para proibir a exportação de animais vivos;
- Senado PL 3096/2021;
- Obstrução de Projetos de Lei que querem regulamentar a Caça.



### GT Questões Urbanas e Resíduos Sólidos

Deputada Federal Tábata Amaral (PSB - SP)

- Promover a transição para uma economia circular do plástico, com atenção ao PL 2524/22;
- Restringir a utilização de embalagens de amostra de uso único;
- Acompanhar os prazos de encerramento dos lixões e propor soluções para proporcionar uma transição efetiva; e
- Incentivar a reciclagem, em especial através dos trabalhos das cooperativas.



### GT Empresas

Deputado Federal Amom Mandel (CIDADANIA-AM)

- PL 412/2022 - Dispõe sobre diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil;
- PL 2445/2023- Estabelece incentivos fiscais e sociais para a promoção da mobilidade elétrica e dá outras providências;

- PL 3076/2023 - Institui o Programa Nacional de Apoio à Produção de Energias Renováveis;
- PL 1675/2019 - Altera a Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, acrescentando inciso para incluir incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis não convencionais entre suas prioridades;
- PL 2543/2019 - Dispõe sobre a instituição de incentivos à produção de energias renováveis não convencionais;
- PL 1855/2022 - Institui a Política Nacional para o Desenvolvimento da Economia da biodiversidade (PNDEB);
- PLP 150/2022 - Institui a Política Nacional de Bioeconomia;
- PL 2524/2022 - Estabelece regras relativas à economia circular do plástico;
- PL 2838/2022 - Estabelece normas e diretrizes para o desenvolvimento e aplicação da Taxonomia Ambiental e Social d atividades econômicas Pautar a Reforma Tributária Verde.



### GT Energias Renováveis

Deputado Federal Pedro Campos (PSB - PE)

- Considerar sempre a proteção da socio-biodiversidade e não apenas a biodiversidade nos processos de proteção, compensação e mitigação de impactos. Para isso, ter em mente a consulta livre, prévia e informada para povos e comunidades tradicionais, nos moldes da Convenção 169 da OIT é de crucial importância.



### GT Pantanal

Deputada Federal Camila Jara (PT - MS)

- PL 9950/2018: Monitoramento do Projeto de Lei do Deputado Alessandro Molon; que dispõe sobre a conservação e o uso sustentável do Bioma Pantanal e dá outras providências. Atualmente está na CAPADR e o relator será o Dep. Rodolfo Nogueira (PL-MS);
- PL Pantanal: Aprovação e articulação do PL proposto pela Deputada Camila Jara, através de consultas públicas, audiências, reuniões com a bancada federal do MS e MT, além das próprias articulações internas nas comissões;
- PL 1818/2022: Aprovação integral do Manejo Integrado do Fogo através da articulação a nível do Senado Federal com ambas as bancadas do MS e MT, além da desobstrução do PL na CMA, devido a emendas propostas pelos corpos de bombeiros;

- PL 5482/2021: Articulação e acompanhamento do PL proposto pelo Senador Wellington Fagundes, acompanhando também a relatoria do Senador Jayme Campos na CMA / Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal;
- Implementação dos Planos de Manejo dos Pantanais: Com a articulação com o poder executivo municipal e o legislativo para o manejo integrado do fogo com técnicos especialistas de ambos os estados, corpo de bombeiros e brigadas florestais confeccionadas pela sociedade civil, além do entendimento das comunidades tradicionais sobre como o fogo deve ser utilizado;
- Governança hídrica, pensando hidrelétricas nas bacias | Proposta para levar ao Comitê de Bacias do Rio Paraguai;
- PL 4839/2020 (determina as diretrizes da política nacional e comunidades tradicionais) - sugestão de que seja retomado (relação com biomas - vários GTs).



### GT Racismo Ambiental

Deputada Federal Carol Dartora (PT-PR)

- PL 2658/2023 - Institui o Dia Nacional de Combate ao Racismo Ambiental e Climático (Dep. Carol Dartora);
- Articulações Institucionais - Como efetivar a 169 OIT - Reestruturar portaria 60/2015 utilizada para desobrigar a realização consulta livre, prévia e informada das comunidades quilombolas e povos originários;
- PL 572/2022 - Cria a lei marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema;
- Reeducação social e ação para visibilização e debate sobre Racismo Ambiental: Áreas Urbanas X Áreas Rurais (Povos Tradicionais) - Com intersecção e incidência junto aos seguintes Ministérios: Meio Ambiente, Igualdade Racial, Povos Indígenas, Cidades e Direitos Humanos - Proposta de ação de conscientização;
- PL 4839/2020 - Institui preservação e desenvolvimento sustentável dos territórios e povos tradicionais;
- Marco temporal - PL 490/2007 (CÂMARA) PL 2903/2023 (SENADO); e
- Obstrução do PDL 177/2021 (Convenção OIT) - Autoriza a/o Presidenta/e da República a denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.



### GT Mar

Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE - PE)

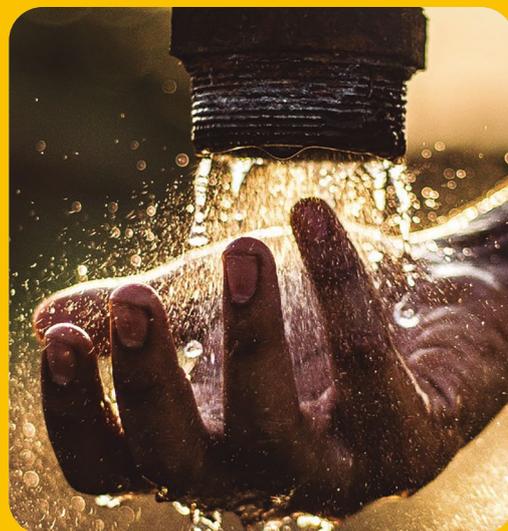
- Aprovação da Lei do Mar (PL 6969/13) - desafios na aprovação e na viabilidade;
- Obstruir “boiada da praia” outras propostas (ex: licenciamento ambiental) que não podem ser aprovadas;
- Acessibilidade do conteúdo produzido/desenvolvido pela F. P. Ambientalista. Comunicação e recursos humanos. (Investimento em Profissionais experientes); e
- PL 2524/2022 - Economia Circular do plástico.
- Economia Circular - Plástico do Mar.

### Vitoria ambientalista!

Aprovada, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/21 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, incluindo a água potável na lista de direitos e garantias fundamentais da Constituição.

A iniciativa, com parecer favorável do deputado Pedro Campos (PSB - PE), assegura a todos o acesso à água potável em quantidade suficiente para promover qualidade de vida, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), mais de 30 milhões de brasileiros não tinham acesso à rede de abastecimento de água em 2019.



# Frente Ambientalista na Mídia



## Frente Parlamentar Ambientalista e governo anunciam trabalho conjunto pela agenda ambiental

Instalação da frente ocorreu nesta quarta-feira, com participação do secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente

01/03/2023 - 14:46

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



### EM NOVO CENÁRIO, BANCADA AMBIENTALISTA ADOTA O PRAGMATISMO

Apesar da vitória eleitoral do presidente **Lula** em 2022, a **Frente Parlamentar Ambientalista** chegou à nova legislatura com um novo desafio: lidar com uma formação ainda mais conservadora do que a anterior. A **bancada ruralista**, principal foco de divergência às pautas ambientalistas, elegeu 324 deputados e 50 senadores, mais do que o necessário para aprovação de uma emenda à Constituição.

Em entrevista prestada ao Congresso em Foco, o coordenador da bancada ambientalista na Câmara, **Nilton Tatto** (PT-SP), conta que o bloco precisou rever suas estratégias diante do novo cenário político. Além de redesenhar sua forma de atuação, a frente parlamentar passa a contar com o apoio do governo federal, o que garante uma força maior na capacidade de articulação.

CORREIO BRAZILIENSE Política

## Frente parlamentar cria GT para políticas de proteção ao Cerrado

O objetivo do grupo é criar uma rede colaborativa entre Congresso Nacional, assembleias legislativas e câmaras municipais, a fim de elaborar políticas públicas de conservação do bioma



A coordenadora do Grupo de Trabalho é a deputada federal Dandara Tonantzin (PT/MG) - crédito: Kayo Magalhães/CB/DA Press

A Frente Parlamentar Ambientalista lançou, na quinta-feira (14/9), um Grupo de Trabalho (GT) voltado à criação e implementação de políticas públicas de proteção ao **Cerrado**. A iniciativa foi divulgada durante o 10º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que está sendo realizado na Torre de TV, em Brasília, desde quarta-feira (13/9). O evento conta com a participação de cerca de 500 pessoas, de 11 estados, e evidencia as riquezas e urgências do bioma cerradense, que é considerado a savana mais biodiversa do mundo. A coordenadora do GT é a deputada federal **Dandara Tonantzin** (PT-MG).



## “Desafio está em conter os retrocessos na agenda ambiental”, diz Nilton Tatto

Em entrevista ao (o)eco, coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara afirma que ruralistas aprenderam a ocupar espaços reservados para a discussão da pauta ambiental

JULIA MENDES - 8 de dezembro de 2023



Dep. Nilton Tatto (PT-SP), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. Foto: Vinícius Lourenço/Câmara dos Deputados



## Coordenador da frente ambientalista espera melhoras nos indicadores sobre meio ambiente

Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado hoje

05/06/2023 - 14:08



Nilton Tatto coordena a Frente Parlamentar Ambientalista

O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Nilton Tatto (PT-SP), acredita que os indicadores relacionados ao meio ambiente no País vão começar a apresentar melhoras após as reestruturações promovidas na gestão do setor pelo governo atual. Hoje (5) é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente.



## Prédio do Congresso Nacional exhibe frases de apoio à proteção da Mata Atlântica

Frente Parlamentar Ambientalista alerta sobre necessidade de manter veto que evitou alterações na lei que protege o bioma

Pierre Trabelli/Câmara dos Deputados



Congresso Nacional recebe projeção da frase “Defenda a Mata Atlântica”

# Frente Ambientalista nas Redes Sociais



**Facebook**

Seguidores: **12K**



**YouTube**

Seguidores: **4,12K**



**Instagram**

Seguidores: **20,5K**



**Twitter**

Seguidores: **3,8K**



**Linkendin**

Seguidores: **4,2K**

## Reuniões

**46**

**REUNIÕES  
COM OS GTS**

**10**

**AUDIÊNCIAS  
PÚBLICAS - GTS**

**9**

**SEMINÁRIOS -  
GTS**

**40**

**REUNIÕES  
TÉCNICAS**

**7**

**PODCAST**

**4**

**DEBATES**

**4**

**ATOS**

**7**

**EVENTOS/CAFÉ  
DA MANHÃ**

**1**

**SESSÃO  
SOLENE**

**1**

**SESSÃO  
TEMÁTICA**

*Agradecimentos Especiais aos parceiros e amigos das lideranças e de todas as instituições presentes nos trabalhos de 2023.*

## EXPEDIENTE

Coordenadores:

**Câmara Federal**

Deputado Federal Nilto Tatto (PSB-RJ)

**Senado Federal**

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA)

**Secretária Executiva:**

Lídia Parente Bucar

**Edição e texto:**

Larissa Nunes

**Revisão de Texto:**

Leonardo Aragão e Igor Castro

**Fotos:**

Agência Câmara, Agência Senado e Acervo da Frente Parlamentar.

**Projeto gráfico e diagramação:**

Renan Nunes

**Técnico Streaming:**

Victor Porcino

**Assessoria da Frente  
Parlamentar Ambientalista:**

Izabel Honorato

**Coordenação Frente  
Parlamentar Estadual:**

Mario Mantovani/Rejane Pieratti

**Conheça nosso observatório**

<https://www.frenteambientalista.com/projetodelei>

**Conheça Frente**

**Parlamentar Ambientalista**

<http://www.frenteambientalista.com>

## Agradecimento Especial

Os trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista foram possíveis graças a uma rede de apoio e parceria construída com muita luta.

Agradecemos especialmente o apoio prestado por:





Frente Parlamentar  
**Ambientalista**



[www.frenteambientalista.com](http://www.frenteambientalista.com)

[www.frenteambientalista.com/observatorio-de-leis](http://www.frenteambientalista.com/observatorio-de-leis)